

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	7
1.5 Principais clientes	8
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	9
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	10
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	11
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	12
1.10 Informações de sociedade de economia mista	15
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	16
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	17
1.13 Acordos de acionistas	18
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	19
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	20
1.16 Outras informações relevantes	21
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	22
2.2 Resultados operacional e financeiro	28
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	30
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	32
2.5 Medições não contábeis	33
2.6 Eventos subsequentes as DFs	34
2.7 Destinação de resultados	35
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	38
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	39
2.10 Planos de negócios	40
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	43
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	44
3.2 Acompanhamento das projeções	45

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	46
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	61
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	63
4.4 Processos não sigilosos relevantes	68
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	69
4.6 Processos sigilosos relevantes	70
4.7 Outras contingências relevantes	71
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	72
5.2 Descrição dos controles internos	73
5.3 Programa de integridade	74
5.4 Alterações significativas	80
5.5 Outras informações relevantes	81
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	82
6.3 Distribuição de capital	100
6.4 Participação em sociedades	101
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	102
6.6 Outras informações relevantes	103
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	104
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	105
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	106
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	107
7.4 Composição dos comitês	123
7.5 Relações familiares	124
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	125
7.7 Acordos/seguros de administradores	126
7.8 Outras informações relevantes	127
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	128

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	129
8.3 Remuneração variável	133
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	134
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	135
8.6 Outorga de opções de compra de ações	136
8.7 Opções em aberto	137
8.8 Opções exercidas e ações entregues	138
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	139
8.10 Outorga de ações	140
8.11 Ações entregues	141
8.12 Precificação das ações/opções	142
8.13 Participações detidas por órgão	143
8.14 Planos de previdência	144
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	145
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	146
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	147
8.18 Remuneração - Outras funções	148
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	149
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	150
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	151
8.20 Outras informações relevantes	152
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	153
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	154
9.4 Outras informações relevantes	155
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	156
10.1 Descrição dos recursos humanos	158
10.2 Alterações relevantes	159
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	160
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	161
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	162

Índice

10.5 Outras informações relevantes	163
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	164
11.2 Transações com partes relacionadas	165
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	167
11.3 Outras informações relevantes	168
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	169
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	170
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	171
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	175
12.5 Mercados de negociação no Brasil	176
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	177
12.7 Títulos emitidos no exterior	178
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	180
12.9 Outras informações relevantes	181
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	182
13.1 Declaração do diretor presidente	183
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	184
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	185
13.2 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	186

1.1 Histórico do emissor

Data de Constituição do Emissor 25/04/2005

País de Constituição Brasil

Prazo de Duração Prazo de Duração Indeterminado

Data de Registro CVM 06/06/2012

Forma de Constituição do Emissor Sociedade Anônima

1.1. Breve histórico

A Companhia foi constituída através de Instrumento Particular datado de 25 de abril de 2005, sob a denominação Florágua Agroflorestal Ltda., tendo como objeto social a (i) exploração agroflorestal; (ii) produção e comercialização de produtos agroflorestais, inclusive de créditos de carbono; (iii) importação e exportação de produtos agroflorestais; e (iv) a prestação de serviços rurais a terceiros compreendendo assessoria e elaboração de projetos de reflorestamento, preparo de área para cultivo, plantio de mudas, corte, carregamento e transporte rodoviário de produtos agroflorestais.

Em 31 de outubro de 2009, a J&F Participações S.A. ("J&F") antiga denominação de J&F Investimentos S.A., foi admitida na sociedade passando a deter 50% do capital social da Companhia, enquanto os 50% restantes eram detidos pelo Sr. Mario Celso Lopes. A J&F é uma empresa de investimento que atua em vários segmentos estando seus acionistas apresentados de forma detalhada no item 6.

Em 24 de novembro de 2009, a denominação social da Companhia foi alterada para Eldorado Papel e Celulose Ltda., e seu objeto social passou a incluir a fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel. E, em 08 de abril de 2010, o Sr. Mario Celso Lopes cedeu e transferiu a integralidade de sua participação na Companhia para a MCL Empreendimentos e Negócios Ltda. ("MCL").

Em 15 de abril de 2010, a Companhia foi transformada em sociedade por ações, sob a denominação Eldorado Celulose e Papel S.A., por iniciativa dos então acionistas MCL e J&F, com o projeto de formar uma empresa líder na fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel.

Em 26 de julho de 2010, a MCL foi cindida parcialmente e a sua participação acionária na Companhia foi vertida para a MJ Empreendimentos S.A. ("MJ") cujo objeto social compreendia a participação em empresas e/ou empreendimentos na condição de sócia quotista ou acionista, atuando como controlada e/ou controladora, podendo ainda atuar como holding.

Em 15 de julho de 2011, a Companhia ampliou o seu objeto social para incluir as atividades de apoio à produção florestal, processamento de biomassa, exploração sustentável de madeira e comércio madeireiro, cultivo de eucaliptos e mudas em viveiros florestais, exploração agroflorestal, extração de madeiras em florestas plantadas, importação de equipamentos, produção, comercialização, importação e exportação de produtos agroflorestais e correlatos, prestação de serviços rurais a terceiros, produção, armazenamento e distribuição de energia elétrica e produção de produtos não madeireiros em florestas plantadas.

Em 12 de agosto de 2011 a Companhia celebrou Acordo de Investimentos e outras Avenças com Rodrimar S.A. Transportes e Equipamentos Industriais e Armazéns Gerais e Rodrimar International do Brasil Transportes Internacionais S.A., empresas do Grupo Rodrimar, com vistas à aquisição de participação na empresa Rishis Empreendimentos e Participações S.A. ("Rishis"). A Rishis tem como atividade a exploração de armazéns, arrendamento de armazéns na região portuária, entrepostos aduaneiros, terminais e armazéns alfandegários e a prestação de serviços de operador portuário. Em 08 de outubro de 2013, a Companhia adquiriu participação adicional na Rishis, correspondente a 13,68% das ações do capital votante dessa companhia, aditando, por consequência, referido Acordo de Investimentos e outras Avenças. Em 11 de agosto de 2014, a Companhia, nos termos do Acordo de Investimentos e outras Avenças, passou a ser titular das demais ações representativas de 40% do capital votante da Rishis, tornando-se única acionista dessa empresa.

1.1 Histórico do emissor

Em 29 de agosto de 2011 a Companhia celebrou com Klabin S.A. Contrato de Compra e Venda da totalidade das ações da Timber Holdings S.A. ("Timber"), companhia detentora de terras e florestas de eucalipto. O objetivo da aquisição foi compor a base florestal necessária para o suprimento de madeira para a fábrica de celulose. Em 18 de novembro de 2014 a Companhia incorporou a Timber, conforme deliberação dos acionistas da Companhia em sede de Assembleia Geral Extraordinária.

Em 30 de novembro de 2011 foi realizada a incorporação da empresa Florestal Brasil S.A. ("Florestal") pela Companhia. A Florestal era empresa do grupo econômico da Companhia, cujo objeto social era, principalmente, a exploração agroflorestal, promovendo projetos de reflorestamento em terras próprias e de terceiros; a produção, transporte e comercialização de produtos agroflorestais e correlatos; atividades de processamento de biomassa, exploração sustentável de madeira e comércio madeireiro; importação e exportação de produtos agroflorestais e correlatos; prestação de serviços rurais a terceiros. A incorporação visou, principalmente, a unificação das operações da Florestal e da Companhia, o que proporcionou otimização das atividades e, consequentemente, geração de resultados pelos ganhos de eficiência.

No exercício de 2011, a Companhia iniciou o projeto de construção da primeira unidade industrial para produção de celulose de fibra curta na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, com previsão de capacidade de produção de 1,5 milhão toneladas anuais, além da geração de 220 MWh de bioeletricidade. O projeto foi concluído em dezembro de 2012, quando a Companhia deu início a suas atividades de produção de celulose.

A construção da unidade industrial foi financiada por recursos aportados por seus acionistas e, principalmente, por recursos captados junto a instituições financeiras, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). O valor total do investimento foi de R\$6,2 bilhões, destinados à implantação da planta industrial, florestas de eucalipto e logística integrada.

Em 20 de agosto de 2012, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia alterou sua denominação social para Eldorado Brasil Celulose S.A.

Em 19 de novembro de 2014, a MJ foi incorporada pela J&F, passando esta a deter diretamente 63,59% do capital social da Companhia.

Em 02 de setembro de 2017, a J&F celebrou um contrato de compra e venda de ações para a alienação de até a totalidade de sua participação acionária, direta e indireta, na Companhia, para a CA Investment (Brazil) S.A., sociedade do grupo Paper Excellence ("CA Investment"). O referido contrato de Compra e Venda de Ações previa que a transferência do controle da Eldorado, da J&F à CA Investment, poderia ocorrer durante o prazo de até 12 (doze) meses, caso determinadas condições precedentes fossem cumpridas, o que não ocorreu. A J&F e a CA Investment controvêtem sobre as razões da não realização da transferência do controle da Eldorado, tendo sido iniciadas disputas judicial e arbitral no segundo semestre de 2018, conforme descrito em "Até 15 de maio de 2025, os acionistas da Companhia estiveram em uma disputa a respeito do controle majoritário das ações emitidas pela Companhia" no item 4.1, Fatores de Risco, deste Formulário de Referência.

Em novembro de 2020, a Companhia constituiu uma nova controlada, a Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda., que é detentora dos direitos e obrigações pertinentes à área e à infraestrutura pública para movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente celulose, no Terminal STS14 do Porto de Santos, decorrente de contrato celebrado junto à União Federal, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e Autoridade Portuária de Santos - APS. O referido contrato foi celebrado em 17 de novembro de 2020, e tem como prazo o período de 25 (vinte e cinco) anos, prorrogáveis por sucessivas vezes, a exclusivo critério da União Federal, até o limite máximo de 70 (setenta) anos, incluídos o prazo de vigência original e todas as prorrogações.

Em 31 de julho de 2023 ocorreu a inauguração do novo terminal portuário da Companhia, em Santos, a entrada em operação do novo terminal permite à Eldorado ganhar maior eficiência logística na exportação de celulose a partir do porto de Santos.

Até 14 de maio de 2025, a Eldorado era composta de 49,41% de participação acionária da CA Investment e de 50,59% de participação acionária da J&F, controladora da Companhia.

Em 15 de maio de 2025, foi realizada uma reestruturação societária pela qual a J&F adquiriu, da Paper Excellence B.V., o equivalente a 100% do capital social da Prime Victory Company S.A. ("Prime Victory") que,

1.1 Histórico do emissor

por sua vez, detém os demais 49,41% da participação acionária da Eldorado até então pertencentes à ex-sócia CA Investment ("Aquisição"). A Aquisição atendeu plenamente aos interesses de todas as partes, e pôs fim, de forma plena e definitiva, a todos os litígios existentes entre a J&F e a CA Investment, no Brasil e no exterior. Em consequência, todos os processos judiciais e arbitrais relacionados às disputas então em curso estão encerrados ou em fase final de encerramento.

Diante disso, a partir de 15 de maio de 2025, a J&F tornou-se acionista integral da Eldorado, detendo diretamente 51,59% das ações da Companhia e, indiretamente, 49,41% das ações da Companhia pertencentes à Prime Victory.

Além disso, em 16 de maio de 2025, os Conselheiros indicados pela CA Investment nos Conselhos Fiscal e de Administração da Companhia apresentaram sua renúncia formal aos respectivos cargos. Dessa forma, o Conselho da Administração passa a deter 4 membros efetivos e 4 suplentes, e o Conselho Fiscal passa a deter 4 membros efetivos e 2 suplentes.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Eldorado Brasil é uma empresa brasileira com atuação global, tendo como atividade principal a produção de florestas renováveis e sustentáveis de eucalipto e a industrialização e o comércio de celulose branqueada, exportando celulose nacional de alta qualidade. Seu complexo industrial e áreas de plantio estão localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, operando em um ritmo de mais de 1,8 milhão toneladas/ano.

Destaca-se por ser uma empresa moderna e conduzida por profissionais obstinados pela eficiência e operando o que há de melhor da tecnologia disponível no mundo. Os colaboradores possuem como forte característica o foco no detalhe e a determinação em ser o melhor naquilo que faz além de contribuir com o objetivo de liderar o mercado global de celulose. Atualmente, a companhia está entre as maiores produtoras mundiais de celulose de eucalipto branqueada.

Construída no município de Três Lagoas (MS), a fábrica da Eldorado, foi estruturada para ser a maior fábrica de celulose do mundo em uma única linha, associando tecnologia estado-da-arte, com o menor impacto ambiental possível. A capacidade nominal de projeto era de 1,5 milhão de toneladas/ano e, atualmente, após o desgargalamento, a Eldorado atingiu a marca de 1,784 milhão de toneladas/ano de produção em 2023, com média diária acima de 5 mil toneladas.

Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia tem como principais atividades a:

(a) Fabricação, importação e exportação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel

A Companhia é responsável por cerca de 5% da oferta mundial de celulose branqueada de eucalipto, e aproximadamente 90% de produção é exportada aos principais mercados consumidores, compreendidos entre: Ásia, Europa, América do Norte e América Latina. Com operação nos principais portos do Brasil, além do terminal Portuário em Santos (EBLog), a Eldorado consegue atender com qualidade aos seus clientes ao redor do mundo e, para estar próxima deles, mantém escritórios próprios em Xangai (China), Viena (Áustria), Dania Beach (Estados Unidos) e São Paulo (Brasil). Os principais segmentos de mercado atendidos são: *tissue* (papeis de higiene pessoal), papel cartão, imprimir e escrever papéis especiais.

(b) Cultivo de eucalipto

Para garantir o fornecimento contínuo de maneira sustentável para a sua fábrica, a Companhia apresenta aproximadamente 296.000 ha de florestas plantadas, sendo que 96% estão certificadas pelo FSC® (FSC-C113536) – Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal) e Cerflor (Programa Nacional de Certificação Florestal) e as novas áreas a cada ano sobem para o escopo, onde mantemos a meta de 100% de áreas certificadas. A Companhia também compra madeira de terceiros, de acordo com padrões socioambientais. Aproximadamente 101 mil hectares, cerca de 23% de nossas áreas são destinadas à conservação ambiental, áreas de preservação permanente (APPs), de reserva legal e de alto valor de conservação (AVC).

(c) Operação de terminais portuários e prestação de serviços, armazenamento, transporte, distribuição de celulose a terceiros, compreendendo: assessoria e elaboração de projetos de logística, armazenamento e distribuição de transportes ferroviários, rodoviários e fluviais de celulose

O escoamento da produção de celulose da companhia para o porto de Santos é realizado por meio do modal rodoviário.

A operação de entrega da celulose contempla carregamento de produto em terminal próprio e de terceiros nos portos de Santos (SP), Paranaguá (PR), Itapoá (SC) e Navegantes (SC) e transporte marítimo até portos nos mercados-chave. Para isso, foram estabelecidos contratos de afretamento de longo prazo com companhias de navegação para transporte de carga solta ("breakbulk") e com rotas regulares para o Norte da Europa, para o Mediterrâneo, para a Costa Leste dos Estados Unidos e para a Ásia. Além dos mercados-chave, a celulose produzida também é levada para outros mercados, por meio de containers embarcados diretamente do porto de Santos, Paranaguá e Itapoá e outros portos no Brasil.

(d) Cultivo de mudas em viveiros florestais

As mudas clonais de eucaliptos (*Eucalyptus*) utilizadas nos plantios florestais da Companhia são produzidas através da propagação vegetativa, processo que reproduz fielmente as características genótípicas de

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

árvores matrizes. As referidas matrizes são selecionadas para alcançar a melhor expressão silvicultural na região onde estão localizadas as florestas de eucalipto da Companhia. Esse material, que chamamos de "clone", garante, além de alto volume de fibra, a qualidade intrínseca necessária para a produção de celulose.

Em média, o processo de produção de mudas dura 90 dias, contados a partir do início da fase de enraizamento até a expedição das mudas para plantio.

A Companhia possui um viveiro florestal ("Viveiro Florestal") localizado no município de Andradina (SP), que possui cerca de 159 mil m² (cento e cinquenta e nove mil metros quadrados) de área construída e dispõe de uma infraestrutura de alto nível tecnológico para a produção de mudas, composta por um complexo de mini jardins danais, casas de vegetação, casas de sombra, áreas de pleno sol para aclimação e rustificação das mudas florestais, restaurantes para funcionários, escritórios administrativos, galpões para armazenamento de insumos, galpões para estaqueamento de mudas. Também compõem esta infraestrutura os sistemas de abastecimento e filtragem de água para a irrigação das mudas. O viveiro florestal da Eldorado Brasil tem capacidade para expedir 16 milhões de mudas ao ano.

(e) Venda de energia

Em 2024 nossa matriz energética fechou com 96% dos combustíveis provenientes de fontes renováveis, sendo que dos 4% não renováveis, 3% foi de gás natural, que é um combustível menos poluente que outros combustíveis fósseis. Toda energia elétrica utilizada pela fábrica de celulose é produzida por ela mesma, obtida a partir da queima de biomassa de eucalipto e subprodutos gerados pelo processo produtivo. O excedente da energia produzida é comercializado pelo Sistema Elétrico Nacional. Temos autorização para venda dessa energia de até 50 MWh.

A Companhia segue operando a Usina Termoelétrica Onça Pintada no Município de Três Lagoas. Essa energia é gerada a partir de resíduos florestais, fazendo um melhor aproveitamento da árvore e gerando energia limpa, proveniente 100% de fonte renovável, alinhada com a proposta de geração de valor com responsabilidade socioambiental.

(f) Recursos Hídricos

Em 2024, a Eldorado utilizou 25,5 m³ de água por tonelada de celulose produzida, quando comparado ao mercado, o número permanece em destaque, já que o IPPC (*Integrated Prevention Pollution Control*) indica consumo de 30 m³ a 50 m³ por tonelada de celulose. Para alcançar este resultado, a Companhia segue adotando água de rejeito para a lavagem das toras de eucalipto e circuito fechado de água de processo nas torres de resfriamento. Toda água utilizada na fábrica para a produção da celulose vem do Rio Paraná, que recebe de volta em média 95% do que foi captado em condições de qualidade ambiental.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

a. Produtos e serviços comercializados

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

a. Produtos e serviços comercializados

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

b. Características do processo de distribuição

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

i. Participação em cada um dos mercados

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

ii. Condições de competição nos mercados

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

d. Eventual sazonalidade

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

iii. Eventual volatilidade em seus preços

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

1.5 Principais clientes

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- a. **Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**
De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".
- b. **Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor**
De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".
- c. **Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**
De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".
- d. **Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:**
- i. **Em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos**
Não foram feitas contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.
 - ii. **Em favor de partidos políticos**
Não foram feitas contribuições financeiras em favor de partidos políticos.
 - iii. **Para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos**
Não foram feitas contribuições financeiras para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A divulgação das políticas socioambientais da Companhia é realizada através do Relatório de Sustentabilidade, na divulgação do Inventário Completo de Gases de Efeito Estufa – GEE, e no Resumo Público do Plano de Manejo Florestal, divulgado anualmente as partes interessadas.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório de Sustentabilidade é elaborado em conformidade com as Normas GRI Standard, opção essencial. O Inventário de Gases de Efeito Estufa utiliza a metodologia do GHG Protocol. E finalmente, o Plano de Manejo Florestal é fundamentado nos princípios, critérios e indicadores das Certificações de Manejo Florestal - FSC® – certificação FSC-C113536 – (Forest Stewardship Council®, e do PEFC® - certificação PEFC/28-23-18 - Programme for the Endorsement of Forest Certification®.

c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

O Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE é verificado anualmente por auditoria de 2º parte com base nas normas ISO 14064-1 e na metodologia do GHG Protocol. As informações dos relatórios de sustentabilidade, não foram auditadas ou revisadas por entidades de terceira parte, no entanto, a Companhia passa por processos periódicos de auditorias para manutenção das certificações de manejo florestal, para verificação do cumprimento da legislação e das Normas dos padrões dessas certificações.

Em 2024, a Eldorado obteve excelente resultado nas auditorias externas onde alcançamos elevado índice no atendimento aos requisitos das certificações FSC® (FSC-C113536) – *Forest Stewardship Council®* (Conselho de Manejo Florestal) e CERFLOR - Programa Nacional de Certificação Florestal. A Companhia também conquistou a manutenção dos selos de cadeia de custódia FSC® (FSC-C113939) – *Forest Stewardship Council®* (Conselho de Manejo Florestal) e PEFC - *Programme for the Endorsement of Forest Certification* (Programa de Endosso de Certificação Florestal), que atestam que as florestas são geridas com técnicas de referência em manejo responsável.

Além disso, a Eldorado manteve a Certificação de Declaração de Serviços Ecossistêmicos, uma nova modalidade de certificação do FSC, assegurando que as áreas prestam serviços importantes na manutenção dos recursos ambientais, essenciais para sobrevivência e o bem-estar populacional. Foram eles: Conservação da Biodiversidade e Serviços em Bacias Hidrográficas, ambos na AAVC – Área de Alto Valor de Conservação na fazenda Pântano e Sequestro e armazenamento de carbono em todas as fazendas certificadas.

A Companhia garantiu a manutenção dos certificados HALAL, que garante que os procedimentos e processo produtivo estão de acordo com as regras dos países seguidores do Islã, e a manutenção da certificação KOSHER, que atesta que os produtos fabricados obedecem às normas específicas que regem a dieta judaica ortodoxa. Esse selo é mundialmente reconhecido e atribuído como sinônimo de controle máximo de qualidade.

A Eldorado é signatária do Pacto Global da ONU, que é hoje a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo e mantém agenda ativa junto à Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, o movimento multissetorial mais importante do país quanto ao desenvolvimento sustentável no agronegócio, com o objetivo de defender políticas e incentivos à economia de baixo carbono, por meio da redução de emissões de gases do efeito estufa. O ano de 2024 encerrou com um estoque de remoções de CO² acumuladas em 12 anos de aproximadamente 41 milhões de TCO² e, isso representa um sequestro de mais de 12 vezes em relação as emissões totais próprias acumuladas durante o mesmo período.

Por fim, a Companhia participa de iniciativas junto ao Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, reforçando seu comprometimento com a transparência e a integridade, e do Movimento Empresarial pela Integridade e Transparência e do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção. Essas ações visam alcançar o comprometimento do setor privado brasileiro em promover um ambiente de negócios socialmente responsável e que colabore para o desenvolvimento sustentável.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

- O Relatório de Sustentabilidade: <https://www.eldoradobrasil.com.br/pb/sustentabilidade/relatorio-anual-de-sustentabilidade/>
- O Resumo Público do Plano de Manejo Florestal: <https://www.eldoradobrasil.com.br/pb/sustentabilidade/plano-de-manejo-florestal/>
- Inventário Anual de Gases de Efeito Estufa: [Registropublicodeemissoes](#)
- Relatório final da auditoria anual de manutenção do FSC: <https://search.fsc.org/pt/certificate/a024000000BSfq8AAD/?tab=documents>

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A atualização da matriz de materialidade da Companhia é realizada a cada 2 anos. Em 2024 os temas materiais/indicadores chaves foram:

1. Biodiversidade e ecossistemas;
2. Mudanças Climáticas;
3. Gestão de água e efluentes;
4. Certificações e boas práticas florestais;
5. Saúde, bem-estar e segurança;
6. Direitos humanos e relações trabalhistas;
7. Ética, integridade, governança e *compliance*;
8. Relacionamento com comunidades e Desenvolvimento Local;
9. Atração, desenvolvimento e retenção de colaboradores;
10. Gestão da cadeia de fornecedores;
11. Relações governamentais e *advocacy*/órgãos reguladores.

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Os ODS estratégicos materiais definido pela Companhia, referentes a última materialidade foram:

1. Erradicação da pobreza;
3. Saúde e bem-estar;
4. Educação de qualidade;
6. Água potável e saneamento;
8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
7. Energia limpa e acessível;
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura;
10. Redução das desigualdades;
12. Consumo e Produção Sustentáveis;
13. Ação contra a mudança global do clima;
15. Vida Terrestre;
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A Companhia adota as melhores práticas de transparência em seu Relatório Anual de Sustentabilidade, seguindo os padrões estabelecidos pelo *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Esses frameworks são amplamente reconhecidos internacionalmente e contribuem

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

para a padronização das informações ambientais, sociais e de governança (ESG), promovendo maior comparabilidade e qualidade nos relatórios divulgados ao mercado.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Eldorado realiza, há 11 anos, seu Inventário Completo de Gases de Efeito Estufa, contemplando os escopos 1, 2 e 3, em conformidade com o padrão do GHG Protocol Brasil. O inventário passa por verificação de segunda parte, conforme os critérios da norma ISO 14064-3, atendendo aos requisitos dessa norma e ao Programa Brasileiro GHG Protocol: [Registropublicodeemissoes](#)

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

- i. a não divulgação de informações ASG;**
- ii. a não adoção de matriz de materialidade;**
- iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG;**
- iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas;**
- v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas;**
- vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa.**

Itens não aplicáveis, tendo em vista que a Companhia divulga e presta contas sobre as informações descritas em todos os itens acima.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

a. Interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b. Atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c. Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Não houve operações societárias ou aumento/redução de capital que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

1.13 Acordos de acionistas

Não houve celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas nos últimos três exercícios sociais.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não foram celebrados contratos relevantes pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais, nos últimos três exercícios sociais.

1.16 Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia para os fins desta seção deste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, arquivadas na CVM em 22 de fevereiro de 2025, inclusive em relação às suas notas explicativas e às outras informações financeiras contidas em outras partes do formulário de referência.

As informações contidas na seção 2 do Formulário de Referência foram elaboradas em milhões de reais e os saldos podem divergir devido a arredondamentos utilizados para manter a coerência do documento.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras adequadas para a continuidade e desenvolvimentos de suas operações. O índice de endividamento medido pela Dívida Líquida em relação ao EBITDA, no final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foi de 0,29x. Este índice, o menor da história da Companhia, representa a robustez financeira alcançada pela Companhia, consolidando sua capacidade de manutenção e expansão das atividades operacionais.

Os principais indicadores financeiros e patrimoniais, foram:

	2024	2023	YoY
Lucro Líquido	1.095.508	2.347.319	-53,3%
EBITDA Ajustado	3.277.735	2.645.800	23,9%
Caixa e Equivalentes	1.181.898	1.407.283	-16%
Patrimônio Líquido	10.820.526	10.289.129	5,2%
Dívida Líquida	1.281.323	1.215.690	-37,1%
Dívida Líquida/EBITDA	0,29x	0,46x	-0,17x

Ainda com relação ao ano de 2024, vale destacar que a Companhia:

- (i) Alcançou mais uma importante conquista, atingindo volume de produção recorde em ano com parada de manutenção programada. A produção de 1,786 milhão de toneladas de celulose durante 2024 equivale a um volume 19% acima da capacidade original do projeto.
- (ii) O faturamento bruto foi de R\$ 8,5 bilhões, resultado 13% superior ao realizado em 2023, devido à maior taxa de câmbio e preços da celulose denominado em reais mais elevados. Já a receita líquida da companhia foi de R\$ 6,4 bilhões, resultado 10,7% superior ao registrado em 2023.
- (iii) O EBITDA ajustado (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês) registrado foi de R\$ 3.278 milhões, com margem de 51,4%, refletindo um aumento de 5,4 p.p em relação ao ano anterior. O resultado é decorrente, principalmente, valorização do dólar frente ao real, de 27,9% no período

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (iv) O índice de alavancagem Dívida Líquida / EBITDA ajustado fechou o ano em 0,29 vezes em BRL e 0,26 vezes para a medição em USD. A dívida líquida encerrou o ano em R\$ 966 milhão, 20,6% inferior ao ano anterior.
- (v) O fluxo de caixa livre ajustado foi de R\$ 1.091 milhão em 2024 versus R\$ 1.735 milhões no ano anterior. As principais contribuições no fluxo de caixa livre vieram da redução do capital de giro e do resultado financeiro, que foi positivamente impactado pela menor despesa financeira líquida e valor de mercado positivo das operações de hedge cambial.

b) estrutura de capital

O percentual do capital composto por capital próprio (patrimônio líquido dividido pelo capital total) era de 65% em 2024 versus 64% em 2023.

O percentual do capital composto por capital terceiros (passivo dividido pelo capital total) era de 35% em 2024 versus 36% em 2023.

Estrutura de capital	Consolidado (R\$ mil)			
	Em 31 de dezembro de			
	2024	AV ¹ -%	2023	AV ¹ -%
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	5.846.922	35%	5.820.356	36%
Capital próprio (patrimônio líquido)	10.820.526	65%	10.289.129	64%
Capital Total (terceiros + próprio)	16.667.448	100%	16.109.485	100%

¹ - Análise vertical

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 2024, a contínua geração de caixa dos últimos anos possibilitou mais liquidações antecipadas e essas ações permitiram uma forte redução da alavancagem financeira: a relação dívida líquida/EBITDA ajustada medida em reais fechou o ano em 0,29 vezes, contra 0,46 vezes registrada no ano anterior.

A forte geração de caixa no ano de 2024, além de possibilitar a liquidação antecipada das dívidas mais onerosas da Companhia, contribuiu para a forte posição de liquidez da Companhia ao final de 2024. Este fator, conjugado com a geração de caixa e o perfil de endividamento, é suficiente para suportar as obrigações de curto e médio prazos.

A Administração tem o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, e conta além dos recursos disponíveis em caixa, com o amplo acesso aos mercados de financiamentos e de capitais, tanto nacional como internacional.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Tanto o capital de giro quanto os investimentos em ativos não circulantes vem sendo financiados principalmente por meio de operações de crédito para financiamento das exportações nas modalidades de Adiantamento sobre Contrato de Crédito (ACC), Pré-Pagamento de Exportação (PPE) e Nota de Crédito à Exportação (NCE).

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Administração da Companhia acredita que a geração de caixa de suas operações, juntamente com os instrumentos acima serão suficientes para equacionar seus compromissos. Com o objetivo de alongamento do prazo da dívida e redução de seu custo médio, a Companhia também avalia a possibilidade de captação de recursos no mercado de capitais.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

	Controladora e Consolidado			
Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Vencimento	2024	2023
Em moeda estrangeira:				
ACC (i)	SOFR + spread / pré fixado	ago/25 a set/26	537.861	333.559
PPE (ii)	SOFR + spread / % CDI	jul/25 a set/26	892.783	744.874
NCE (iii)	-	fev/24	-	96.826
CCB (vi)	pré-fixado - 4,50% a.a.	abr/26	94.712	-
			1.525.356	1.175.259
Em moeda nacional:				
PPE (ii)	% CDI	jul/25 a set/26	14.593	31.193
NCE (iii)	CDI + spread	out/25	-	117.299
CRA (iv)	IPCA + 7,1945% a.a.	set/26 a set/27	608.123	577.549
Debêntures (v)	CDI + 3,00% a.a.	set/24	-	721.673
			622.716	1.447.714
			2.148.072	2.622.973
Circulante			575.948	1.188.827
Não circulante			1.572.124	1.434.146
			2.148.072	2.622.973

Abaixo estão as linhas de crédito contratadas atualmente:

- (i) Financiamento do capital de giro por meio de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACCs);
- (ii) Pré-pagamento à exportação (PPE), com vencimento até 2026. As operações são corrigidas pela SOFR, acrescido de spread, no caso dos financiamentos em moeda estrangeira, e percentual do CDI, no caso dos financiamentos em moeda nacional;
- (iii) Notas de Crédito à Exportação (NCE), com vencimento em 2025, indexadas ao CDI. Os títulos foram liquidados antecipadamente em outubro de 2024;
- (iv) Debêntures simples, não conversíveis, vinculadas a Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA, no montante de R\$ 500.000, com vencimento em setembro de 2027 e indexadas ao IPCA acrescido de spread;
- (v) Debêntures simples, não conversíveis, no montante de R\$ 700.000, com vencimento em setembro de 2024, indexadas ao CDI acrescido de spread. Os títulos foram liquidados no vencimento;
- (vi) Cédula de Crédito Bancário (CCB), emitida em moeda chinesa, no montante de ¥ 108.069 (equivalentes a R\$ 75.000), com taxa de juros pré-fixada e vencimento em 2026.

Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirográficas da Companhia. As dívidas garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Estes credores possuem prioridade até o valor das respectivas garantias no caso de falência da Companhia. As demais dívidas da Companhia são da espécie quirográfia.

Os contratos de financiamento destinados à implantação de seu complexo industrial e correspondente estrutura logística, firmados entre a Companhia e o BNDES, foram liquidados em 15 de outubro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui alguns contratos de empréstimos e financiamentos nas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

modalidades de Finame, Leasing e ACC, que são oferecidos como garantia os próprios equipamentos financiados e penhor de florestas.

Os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não possuem cláusulas de garantia.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Atualmente não há linhas financiadas contratadas e não utilizadas.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

O quadro a seguir apresenta os valores consolidados dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2024 e 2023, elaborados em acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e em acordo com as interpretações e as orientações do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Consolidado			Consolidado		
ATIVO	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.181.898	1.407.283	Fornecedores	309.385	389.798
Contas a receber de clientes	1.561.627	1.133.769	Empréstimos e financiamentos	575.948	1.188.827
Estoques	843.983	748.147	Arrendamentos a pagar	228.451	191.174
Tributos a recuperar	43.688	84.347	Obrigações trabalhistas e sociais	291.851	232.873
Imposto de renda e contribuição social corrente	28.575	13.895	Obrigações fiscais	15.422	17.381
Instrumentos financeiros derivativos	16.190	149.695	Imposto de renda e contribuição social corrente	72.288	-
Adiantamentos a fornecedores	17.575	66.906	Instrumentos financeiros derivativos	-	3.968
Outros ativos circulantes	24.624	45.725	Dívidenos mínimos obrigatórios	274.487	-
Total do ativo circulante	3.718.160	3.649.767	Outros passivos circulantes	128.839	88.410
Não Circulante			Total do passivo circulante	1.896.671	2.112.431
Tributos a recuperar	15.670	15.959	Não Circulante		
Adiantamentos a fornecedores	553.899	395.627	Empréstimos e financiamentos	1.572.124	1.434.146
Instrumentos financeiros derivativos	41.813	175.554	Arrendamentos a pagar	1.590.103	1.544.521
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.849	-	Imposto de renda e contribuição social diferido	804.085	656.289
Outros ativos não circulantes	1.800	2.881	Provisão para riscos processuais	31.717	42.244
	623.031	590.021	Outros passivos não circulantes	9.842	30.725
			Total do passivo não circulante	4.007.871	3.707.925
Ativos biológicos	5.060.580	4.748.287	Total do passivo	5.904.542	5.820.356
Imobilizado	5.384.341	5.323.027	Patrimônio líquido		
Intangível	197.079	126.398	Capital social	1.788.792	1.788.792
Direitos de uso	1.741.877	1.671.985	Reservas de lucros	8.492.766	8.232.269
	12.383.877	11.869.697	Ajustes de avaliação patrimonial	538.968	268.068
Total do ativo não circulante	13.006.908	12.459.718	Total do patrimônio líquido	10.820.526	10.289.129
Total do ativo	16.725.068	16.109.485	Total do passivo e patrimônio líquido	16.725.068	16.109.485

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DISCUSSÃO DOS ITENS SIGNIFICATIVOS DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

Ativo Circulante

A Companhia apresentou aumento no seu ativo circulante no montante de R\$ 318.583 mil em relação ao exercício de 2023, sendo os principais eventos:

Contas a receber

Aumento do contas a receber em R\$ 447.858 mil em relação ao exercício de 2023, principalmente, devido à valorização do dólar frente ao real, de 27,9% no período. Em 2024 a Companhia apresentou aumento de 10,7% de receita líquida comparando com o exercício anterior.

Estoque

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registrou o saldo de R\$ 843.983 mil, sendo 12,8% superior ao ano de 2023. Principal aumento nos níveis de estoque de celulose, devido a diminuição do volume vendas comparado ao mesmo período do ano de 2022.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante da Eldorado encerrou o ano de 2023 em R\$ 13.006.908 mil, R\$ 547.190 mil acima do montante do exercício de 2023 no valor de R\$ 12.459.718 mil, que representou um acréscimo de 4,4% em relação ao patamar atingido em 2023. As principais causas desta variação do ativo não circulante entre os exercícios de 2024 e 2023 foram:

Direitos de uso

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de direitos de uso de ativos foi de R\$1.741.877 mil, sendo 4,2% superior a 2023. O aumento nos direitos de uso reflete as adições de novas terras arrendadas e a reajustes contratuais de arrendamentos vigentes que seguem com valores elevados devido à alta demanda de terras da região do Mato Grosso do Sul.

Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia, avaliados ao valor justo, foram de R\$ 5.060.580 mil em 31 de dezembro de 2024, 6,6% superior ao total registrado em 2023. Esse aumento se deu principalmente pelo plano de colheita e alteração de custos

Passivo Circulante

A Companhia encerrou o exercício de 2024 com um passivo circulante de R\$ 1.896.671 mil, que representa um decréscimo de R\$ 215.760 mil em relação ao passivo circulante de 2023 no valor de R\$ 2.112.431 mil.

Empréstimos e financiamentos

A principal causa da variação dos empréstimos e financiamento, no passivo circulante, se deve ao decréscimo de R\$ 858.198 mil, relativo a liquidação das Notas de Crédito à Exportação (NCE), e Debêntures.

Passivo Não Circulante

Em dezembro de 2024, o passivo não circulante da Companhia foi de R\$ 4.007.871mil, representando um acréscimo de R\$ 299.946mil, em relação a R\$ 3.707.925 mil registrado em 2022.

Empréstimos e financiamentos

A principal causa da variação dos empréstimos e financiamento, no passivo não circulante, se deve a contração da Cédula de Crédito Bancária (CCB) no montante de R\$ 75.000 mil como em 2026.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O aumento de R\$ 147.796 mil decorre, principalmente, da elevação das diferenças temporárias no período, relacionadas à depreciação acelerada incentivada e aos contratos de arrendamentos.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Eldorado apresentou aumento de R\$ 531.397 mil ao longo de 2024 encerrando o exercício em R\$ 10.820.526 mil, reflexo principalmente pelo lucro do líquido atingido pela Companhia de R\$ 1.095.508 mil.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As vendas de celulose branqueada de eucalipto correspondem a praticamente a totalidade das receitas da Companhia, as quais tiveram a seguinte composição nos dois últimos exercícios sociais:

	2024	2023
Volume de vendas de celulose (mil toneladas)	1.758	1.864
<u>Receita Bruta (em R\$ milhares)</u>		
Receita bruta de celulose	6.172.247	5.814.110
Outras receitas	201.123	164.647
	6.373.370	5.978.757

A distribuição geográfica da receita bruta de celulose é descrita a seguir, descritos em milhares de reais:

	2024	2023
<u>Mercado interno</u>	1.010.005	1.016.647
<u>Mercado externo:</u>		
Ásia	2.514.984	2.158.384
América do Norte	1.476.015	1.244.683
Europa	805.648	860.317
América do Sul	328.398	285.993
Oriente Médio	214.219	224.898
África	24.101	23.189
	5.363.365	4.797.463
Receita bruta de celulose	6.373.370	5.814.110

As exportações representaram 84% das vendas anuais da Eldorado, com destaque para as regiões da Ásia e América do Norte, responsáveis pelo maior consumo da celulose no período.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O preço líquido médio da celulose vendida pela Eldorado em 2024 foi de US\$/t 654, um aumento de US\$/t 53 ou 9% em relação a 2023, alinhado ao cenário de preços internacionais da celulose. Nesse sentido, o faturamento bruto foi de R\$ 6,4 bilhões, resultado 10% superior ao realizado no ano anterior devido, principalmente, à aumento do preço da celulose e a valorização cambial no período.

A Eldorado Brasil manteve seu foco na gestão de custos, obtendo reduções no consumo específico de madeira, de insumos industriais, assim como no custo logístico.

Mantendo o foco na disciplina financeira, a dívida líquida da empresa encerrou 2024 em R\$ 966 milhões, uma queda de 21% em relação aos R\$ 1.216 milhões no final do ano anterior. No terceiro trimestre, a companhia fez a liquidação de debêntures no vencimento e ao longo do ano também antecipou o pagamento de dívidas mais onerosas, viabilizado pela contínua geração de caixa. A relação dívida líquida/EBITDA ajustada, medida em reais, encerrou 2024 em 0,3 vezes contra 0,5 vezes no ano anterior.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(iii) variações das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Tais riscos envolvem, principalmente, as possíveis flutuações no preço da celulose no mercado internacional, na taxa de câmbio e em mudanças nas taxas de juros. Ademais, os riscos estão também estão concentrados na dívida da Companhia junto a instituições financeiras. Não houve introdução de novos produtos no período.

(iv) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O risco de taxa de juros está atrelado diretamente ao risco de aumentos nos encargos financeiros relacionados aos empréstimos e aos financiamentos, considerando as flutuações de taxas de mercado.

Em relação às variações cambiais, as principais exposições às quais a Companhia está sujeita referem-se à flutuação do Dólar Norte-americano e do Euro em relação ao Real. Nesse sentido, segue abaixo tabela com as cotações destas moedas em 31 de dezembro dos respectivos anos:

	2024	2023
Dólar	R\$ 6,19	R\$ 4,84
Euro	R\$ 6,42	R\$ 5,35

Nos exercícios encerrados em 2024 e 2023, o risco de variação cambial estão concentrados nas rubricas de Empréstimos e Financiamentos e Clientes. A receita da Companhia está atrelada ao preço da celulose denominada em Dólar Norte-americano, o que tende a compensar efeitos cambiais no longo prazo.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Durante os exercícios de 2024 e 2023, a Companhia não realizou nenhuma mudança significativa nas práticas contábeis adotadas para a preparação das suas demonstrações financeiras, exceto adoção das normas emitidas pelo IFRS e CPC. As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

- Alterações ao CPC 26/IAS 1 relativos a passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de passivos como circulantes ou não circulantes: As alterações emitidas, em outubro de 2022, esclarecem que os *covenants* de contratos de empréstimos e financiamentos que uma entidade deve cumprir apenas após a data de reporte não afetam a classificação de um passivo como circulante ou não circulante na data de reporte. Contudo, os *covenants* que a Companhia é obrigada a cumprir até ou na própria data de reporte afetam a classificação como circulante ou não circulante, mesmo que o cumprimento do *covenants* seja avaliado apenas após a data de reporte da entidade. Conforme mencionado na nota 8.5 das Demonstrações Financeiras, a Companhia divulga as cláusulas restritivas, sem que tenham sido observadas alterações até a data de publicação.
- Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16 relativos ao passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior: Exige que um vendedor-arrendatário mensure subsequentemente os passivos de arrendamento decorrentes do *Sale and Leaseback* de forma que não reconheça nenhum valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso que ele retém.
- Alterações relativas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7 Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"): As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado"). Essas divulgações ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Conforme divulgado na nota 20 das Demonstrações Financeiras, a Companhia divulga a sua exposição de acordos de financiamento de fornecedores.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, não foram reconhecidos efeitos significativos decorrentes de alterações de práticas contábeis.

Adicionalmente as alterações listadas no anteriormente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2025, 2026 e 2027, com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Novas normas ou alterações	Data de vigência
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowance) e Créditos de Descarbonização (CBIO)	1º de Janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	1º de Janeiro de 2025
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado, Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	1º de Janeiro de 2025
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	1º de Janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de Janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de Janeiro de 2027

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes, emitido para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não contém ressalvas ou ênfases.

O relatório dos auditores independentes, emitido para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não contém ressalvas ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios de 2024 e 2023.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Rishis Empreendimentos e Participações S.A e Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.

Em 30 de junho de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária da Rishis Empreendimentos e Participações S.A aprovou a cisão parcial com versão do patrimônio equivalente às operações portuárias, no montante de R\$ 84.888, correspondente ao acervo líquido incorporado pela Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.

(c) eventos ou operações não usuais

Vide item “Até 15 de maio de 2025, os acionistas da Companhia estão atualmente em uma disputa a respeito do controle majoritário das ações emitidas pela Companhia” previsto na Seção 4.1, Fatores de Risco, deste Formulário de Referência.

2.5 Medições não contábeis

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria “B”.

a. informar o valor das medições não contábeis

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria “B”.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria “B”.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria “B”.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria “B”.

2.7 Destinação de resultados

	2024	2023
a. Regras sobre retenção de lucros	O artigo 29 do Estatuto Social da Companhia define que o resultado de determinado exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei – incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido – terá a seguinte destinação, sucessivamente e nessa ordem, observadas as demais disposições do Estatuto Social e da legislação aplicável: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”), exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) As reservas de incentivos fiscais vinculadas às subvenções para investimentos concedidas pelo Governo do Mato Grosso do Sul, como contrapartida à implantação e manutenção da unidade industrial na cidade de Três Lagoas; (iv) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo mínimo obrigatório, após as destinações da reserva legal, reserva de contingência e reserva de incentivos fiscais, conforme determinado nos itens (i), (ii) e (iii) acima; (v) Nos termos do estatuto social, a totalidade do lucro líquido que remanescer após a constituição das reservas, informadas nos itens (i), (ii) e (iii) acima, e da destinação para os dividendos mínimos obrigatórios será destinada à formação de reserva para expansão, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social subscrito. (vi) no exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reservas de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e (vii) a totalidade do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e as estatutárias mencionadas nos itens (i), (ii) e (iii) acima será destinada à formação de reserva para retenção de lucros, que terá por fim para aplicação em projetos de investimento de capital.	
a.i. Valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou lucro líquido no valor de R\$ 1.095.508 mil o qual em conjunto com a reversão de parte da Reserva de Incentivos Fiscais, no montante de R\$ 2.438 mil foram destinados da seguinte forma: • Dividendos mínimo obrigatórios: R\$ 274.487 mil; • Reserva para retenção de lucros: R\$ 823.459 mil.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou lucro líquido no valor de R\$ 2.347.195 mil o qual em conjunto com a constituição de parte da Reserva de Incentivos Fiscais, no montante de R\$ 4.539 mil foram destinados da seguinte forma: • Reserva Legal: R\$ 100.559 mil; • Reserva para retenção de lucros: R\$ 2.242.097 mil.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	• Para dividendos mínimos obrigatórios são destinados ao pagamento, que não serão inferiores, em cada exercício social, a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei nº 6.404/1976, salvo se aprovada a retenção pela totalidade das acionistas. • Para a Reserva de retenção de lucros a Administração propôs a retenção	• Reserva Legal: 4,49%; • Para a Reserva de retenção de lucros a Administração propôs a retenção do lucro líquido remanescente, após a destinação para a reserva legal e reserva de incentivos fiscais, para a aplicação em projetos de investimento de capital.

2.7 Destinação de resultados

	do lucro líquido remanescente, após a destinação para a reserva legal e reserva de incentivos fiscais, para a aplicação em projetos de investimento de capital.	
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, a parcela de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações da reserva legal, reserva de contingência e reservas de incentivos fiscais, mencionadas nos subitens “(i)”, “(ii)” e “(iii)”, do item “a” acima, será destinada como dividendo mínimo obrigatório. Ademais, conforme dispõe o artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, poderão ser elaborados balanços semestrais, ou em períodos inferiores e declarar, por deliberação de seu Conselho de Administração: (i) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (ii) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (iii) o pagamento de dividendo intermediário ou Juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou ele reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.	
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2024, houve declaração de dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$ 274.487 mil, de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e o Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido remanescente após a compensação de prejuízos acumulados e das destinações para a reserva legal, reserva de contingências e reserva de incentivos fiscais, são destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, que não serão inferiores, em cada exercício social, a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei nº 6.404/1976, salvo se aprovada a retenção pela totalidade das acionistas. Conforme constou da ata da assembleia geral ordinária da Companhia realizada em 30/04/2024, decidiu pela distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023, no valor de R\$ 560.524 mil, sendo liquidado em 4 de outubro de 2024.	Em 31 de dezembro de 2023, não houve declaração de dividendos mínimos obrigatórios, devido a Administração propor a retenção do lucro remanescente, após a destinação para a reserva legal e reserva de incentivos fiscais, para a aplicação em projetos de investimento de capital, estando esta proposta em consonância com o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Conforme constou da ata da assembleia geral ordinária da Companhia realizada em 30/04/2024, ante a não obtenção de posição unânime dos acionistas sobre a proposta da administração de retenção da totalidade do lucro líquido remanescente após as destinações para reserva legal e reserva de incentivos fiscais, foi declarada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 560.524, correspondente a 25% do lucro líquido remanescente, relativo ao exercício findo em 31/12/2023, após as destinações para as reservas previstas na Lei nº 6.404/1976.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim	Ressalvadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, a Companhia não está sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	

2.7 Destinação de resultados

como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui política formal de destinação de resultados. Entretanto, a destinação do resultado do exercício é definida no artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, conforme divulgado no item “a” acima.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

A Administração da Companhia informa que não há qualquer ativo ou passivo material que não esteja refletido nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Todas as suas participações e relacionamentos com subsidiárias estão divulgados nas Demonstrações Financeiras individuais e Consolidadas.

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados nos balanços patrimoniais relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

iii. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada aplicáveis à Companhia, previstos nos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos nos balanços patrimoniais da Companhia relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2043 e 2023.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

(b) natureza e o propósito da operação

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

2.10 Planos de negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

CAPEX (R\$ milhões)	2024	2023
Manutenção	318	410
Silvicultura	502	616
Inovação e Produtividade	230	150
Outros	23	-
Total	1.073	1.176

CAPEX 2024:

Conforme demonstrado na tabela acima, a Companhia compara os exercícios social de 2024 com o exercício social de 2023. Neste sentido, a Companhia investiu um total de R\$ 1.073 milhões na manutenção das atividades fabris, florestais e silvicultura, mantendo o mesmo nível de investimentos do ano anterior.

Reforçando seu compromisso com a inovação a Eldorado investiu R\$ 230 milhões em inovação e produtividade, e nesse sentido, em outubro de 2024, inaugurou o Centro de Tecnologia Florestal ELDTECH, voltado para o avanço da pesquisa e o desenvolvimento em áreas estratégicas como manejo de pragas e doenças, solos e nutrição, meteorologia e ecofisiologia florestal, melhoramento genético florestal, biotecnologia e tecnologia da madeira. O ELDTECH consolida a empresa como referência em inovação no setor florestal. Em agosto de 2024, a Eldorado inaugurou um sistema pioneiro de geração de energia limpa, tornando-se a única indústria no mundo a aproveitar efluentes tratados para reverter o fluxo de água e gerar energia. A iniciativa, alinhada às práticas ESG já abastece o prédio administrativo da empresa.

A companhia também modernizou suas operações florestais, investindo R\$ 502 milhões em silvicultura, implementando conectividade de alta velocidade, viabilizada por antenas satelitais de baixa órbita, permitindo acesso instantâneo a informações e monitoramento em tempo real, fortalecendo a gestão operacional mesmo em áreas remotas. Atualmente, mais de 500 máquinas e veículos operam com soluções embarcadas para monitoramento contínuo, otimizando a eficiência, reduzindo perdas e melhorando o uso dos equipamentos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia estuda regularmente formas de otimizar a sua estrutura de capital e de captação de recursos para financiar seus investimentos com foco no aumento de produtividade e expansão, por meio de capital próprio (caixa e equivalentes); capital de terceiros (inclusive mediante emissões de valores mobiliários); contratação de linhas de crédito e financiamentos com instituições financeiras.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data de apresentação deste Formulário, não há desinvestimentos relevantes em andamento, nem qualquer previsão de desinvestimento no curto prazo.

(b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Na data de apresentação deste Formulário, não há previsão de aquisições de plantas ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

2.10 Planos de negócios

No curto prazo, a Companhia não vislumbra investimentos em novos produtos e/ou serviços, para além daqueles que desenvolve na data deste Formulário de Referência.

(d) Oportunidades no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Eldorado mantém sua estratégia de crescimento e geração de valor orientada pelos pilares de competitividade, inovação, sustentabilidade e valorização das pessoas. A agenda ESG permanece no centro das decisões estratégicas, guiando a atuação da Companhia de forma transversal e integrada em todas as frentes do negócio. Abaixo são apresentados as principais iniciativas diretamente conectadas à estratégia da Companhia.

1. Certificações e Desempenho Ambiental

Em 2024, a Companhia passou por auditorias de supervisão das certificações FSC® e PEFC, confirmando a conformidade das operações florestais com padrões internacionais. A Cadeia de Custódia também foi auditada na unidade industrial de Três Lagoas (MS) e no escritório internacional em Dania Beach (EUA), com recomendação de manutenção dos certificados. A certificação Halal foi renovada com 100% de conformidade, reforçando o compromisso com mercados diversos. As florestas da Eldorado contribuíram para a remoção de aproximadamente 2,2 milhões de toneladas de CO₂ no ano, somando mais de 44 milhões de toneladas desde o início das operações – volume 12 vezes superior às suas emissões diretas. Essas iniciativas reforçam a ambição ambiental da Companhia, com foco em mitigação das mudanças climáticas e operação sustentável de base florestal.

2. Transparência e Relatórios ESG

A Companhia publicou seu 11º Relatório de Sustentabilidade em 2024, elaborado conforme os padrões GRI e SASB, e alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao Pacto Global da ONU. Também divulgou a 12ª edição do Resumo Público do Plano de Manejo Florestal, com informações detalhadas sobre práticas sustentáveis e governança ambiental. Com isso, a Eldorado fortalece a transparência e a prestação de contas, pilares da governança ESG e da relação de confiança com seus *stakeholders*, além de fortalecer a estratégia de captação da Companhia, permitindo estar em *compliance* com os padrões de *disclosure* para emissões do mercado de capitais internacional.

3. Relação com Comunidades e Desenvolvimento Local

A Eldorado promoveu diálogo contínuo com 15 comunidades em Mato Grosso do Sul e consolidou o Projeto Raízes, em parceria com o SENAR e a Prefeitura de Selvíria, apoiando a agricultura familiar em assentamentos. O programa “Valores Eldorado na Escola” expandiu ações de educação ambiental em Três Lagoas e Paranaíba. A Companhia também realizou doações em resposta às enchentes no Rio Grande do Sul, apoiou a campanha “Aquece MS” e viabilizou iniciativas em saúde e infraestrutura nos municípios onde atua. O programa “Eldorado Sustentabilidade” impactou mais de 94 mil pessoas, enquanto o voluntariado “AME” promoveu campanhas de arrecadação e mobilização social. Em Santos (SP), com a entrega de murais artísticos e uma nova Unidade Básica de Saúde no bairro Estuário, beneficiando 16 mil pessoas. Também apoiou obras estruturantes como passarelas, vias internas e um viaduto de 350 metros, contribuindo para maior fluidez logística e segurança na operação do cluster de celulose. Essa atuação reforça a responsabilidade social e urbana da Companhia, conectando crescimento econômico à melhoria da qualidade de vida nas regiões onde opera.

4. Compromisso Ambiental e Carbono Negativo

A Eldorado manteve sua condição de Companhia carbono negativa, com remoção de CO₂ em escala significativamente superior às suas emissões diretas. Em 2024, mesmo com um aumento de 13,25% nas emissões do Escopo 1, reflexo da expansão operacional e da parada geral da fábrica, o inventário de GEE auditado externamente recebeu o Selo Ouro do GHG Protocol Brasil. O monitoramento de indicadores ambientais segue suportado por sistemas internos robustos. A estratégia climática da Companhia reafirma sua liderança em soluções baseadas na natureza e compromisso com metas globais de descarbonização.

5. Governança e Compliance

O Programa de Compliance da Eldorado obteve 100% de conformidade em 180 itens auditados, conforme as normas ISO 37001 e 37301. Durante o ano de 2024, a Companhia recebeu o Selo Mais Integridade do MAPA e avançou com iniciativas como o Programa de Multiplicadores da Ética e o projeto “Compliance na Área”,

2.10 Planos de negócios

ampliando o alcance da cultura ética. Também realizou treinamentos anticorrupção com toda a cadeia de parceiros e participou da Ação Coletiva Anticorrupção do Agronegócio, reconhecida internacionalmente pelo *Basel Institute on Governance*. A robustez da governança corporativa reflete o compromisso da Companhia com integridade, transparência e sustentabilidade institucional de longo prazo.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia não tem conhecimento sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

(a) objeto da projeção

A Companhia não possui projeções divulgadas, optando pela opção facultada nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções, nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções, nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções, nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22.

3.2 Acompanhamento das projeções

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções, nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções, nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções, nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um “efeito adverso para a Companhia” significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso nos negócios, condição financeira, liquidez e/ou resultados de operações da Companhia, bem como seus futuros negócios e/ou valor das ações ordinárias de sua emissão. Expressões similares nesta seção devem ser lidas como tendo o mesmo significado.

(a) à Companhia

Preços de mercado de celulose são cíclicos e não são controlados pela Companhia. Variações nos preços podem afetar adversamente a situação financeira e os resultados operacionais da Eldorado.

A Companhia está exposta às oscilações do preço do seu produto, uma vez que a cotação da celulose é cíclica e determinada por condições mundiais de oferta e demanda, além de capacidade de produção, taxa de urbanização e crescimento econômico (tanto mundial quanto das regiões de maior concentração de vendas da Companhia). Historicamente, esses preços sofreram flutuações significativas durante períodos curtos.

Por exemplo, de acordo com a Hawkins Wright, nos últimos três anos, os preços por tonelada da celulose de fibra curta na América do Norte, na Europa e na China variaram de US\$ 1.605, US\$ 1.380 e US\$ 810 em dezembro de 2022; US\$ 1.135, US\$ 1.060 e US\$ 645 em dezembro de 2023 e a US\$ 1.245, US\$ 1.000 e US\$ 545 em dezembro de 2024.

Os preços variam não apenas de um ano para o outro, mas também ao longo de um mesmo ano, o que se explica por diversos fatores, tais como: condições macroeconômicas, oscilações nas demandas global e regionais de produtos derivados de papel, alterações nas capacidades de produção de celulose global e regionais (em decorrência de aberturas e fechamentos de fábricas papeleiras, novos projetos ou interrupções inesperadas), níveis de estoque, preços das matérias-primas, diferentes estratégias de negócio adotadas por outros produtores de celulose e a disponibilidade de produtos para substituir os nossos por preços mais competitivos. Tais fatores estão fora do controle da Eldorado e futuras quedas significativas nos preços de mercado de produtos derivados de celulose podem ter efeitos adversos diretos sobre os resultados da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de implementar integralmente sua estratégia de desenvolvimento dos negócios e incremento da receita e da rentabilidade futuras.

O crescimento e o desempenho financeiro futuros da Companhia dependerão, em parte, do sucesso na implementação de sua estratégia de negócios. Os principais elementos da estratégia de negócios da Eldorado são: (i) aumento das eficiências operacionais; (ii) foco contínuo em uma forte geração de fluxo de caixa; e (iii) manutenção do desenvolvimento de tecnologias inovadoras nas áreas de exploração florestal, industrial e logística.

A Companhia não pode assegurar o sucesso na implementação ou a implementação integral de suas estratégias. Alguns aspectos da estratégia de negócios da Companhia envolvem aumento nos custos de operação que pode não ser compensado pelo aumento de receita, o que pode gerar redução nas margens de operação. Adicionalmente, alguns aspectos estratégicos dependem de fatores que estão fora do controle da Companhia, tais como mudanças nas condições de mercado e medidas tomadas pela concorrência ou pelos governos das jurisdições em que a Companhia opera. Qualquer falha na implementação de elementos da estratégia da Companhia pode ter efeitos adversos relevantes sobre o crescimento de seus negócios e seu desempenho financeiro futuro.

O endividamento excessivo da Companhia pode afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais, bem como sua capacidade de cumprir as obrigações de pagamento assumidas nos contratos financeiros que celebrou.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha um saldo de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões em empréstimos e financiamentos. A Eldorado poderá sofrer efeitos adversos relevantes caso não seja capaz de fazer os pagamentos nos prazos ou refinanciar seus débitos de curto ou longo prazo, com sua respectiva maturação. O nível de endividamento (financiamentos e empréstimos) consolidado, pendente e futuro, pode gerar efeitos adversos para a Companhia, dentre eles:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- dificuldades no cumprimento das obrigações, incluindo o pagamento de juros sobre os títulos de dívida e outros débitos;
- limitação à obtenção de novos financiamentos para a condução dos negócios da Companhia;
- comprometimento de parcela substancial do fluxo de caixa a Companhia com a quitação do passivo, reduzindo seu investimento em capital de giro, dispêndios de capital e outras necessidades corporativas em geral;
- limitação da flexibilidade de planejamento e reação a mudanças nos negócios e no setor em que a Companhia atua;
- desvantagem competitiva em relação à parcela da concorrência que tenha endividamento inferior ao da Companhia;
- aumento da vulnerabilidade a elevações das taxas de juros, resultando em maiores custos relacionados a dívidas de taxa de variável; e
- aumento da vulnerabilidade a condições econômicas adversas e a condições adversas da indústria, incluindo alterações nas taxas de juros, queda nos preços de celulose ou desaceleração dos negócios da Companhia ou da economia brasileira.

Ademais, além do nível de endividamento atual, a Companhia poderá incorrer em dívidas adicionais, que poderão incrementar os riscos descritos acima. Para mais informações, ver o item 5 abaixo (“Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras — Endividamento”).

Covenants estabelecidos nos contratos de financiamento da Companhia podem limitar sua capacidade operacional e de investimento. O descumprimento destes covenants pela Companhia pode afetar material e adversamente seu fluxo de caixa e resultado operacional.

Há a possibilidade de a Companhia vir a descumprir certas condições de um ou mais contratos financeiros por ela celebrados, os quais contêm, dentre outras disposições, *covenants* que restringem a capacidade da Companhia de contrair novas dívidas eventualmente necessárias ao ingresso em novas atividades. Tais contratos de financiamento restringem, entre outras coisas, a capacidade da Companhia para:

- incorrer em dívidas adicionais;
- criar gravames ou restrições para a venda de determinados ativos da Companhia;
- distribuir dividendos ou resgatar ações;
- realizar pagamentos restritos;
- criar ou permitir restrições na capacidade das subsidiárias em pagar dividendos ou realizar outras distribuições;
- realizar transações com partes relacionadas; e
- realizar investimentos, fusões, consolidações e determinadas alienações de ativos.

Além disso, os contratos de financiamento celebrados pela Companhia estabelecem que ela ou suas subsidiárias devem manter certos índices financeiros, os quais podem requerer medidas para diminuir o endividamento da Companhia. Eventos fora do controle da Companhia, incluindo mudanças nos negócios em geral e nas condições econômicas, podem afetar a capacidade da Eldorado de atingir os índices financeiros mencionados acima.

A Companhia pode não atingir ou não manter os índices em questão, o que pode dificultar a obtenção dos *waivers* de seus credores para seu não cumprimento. O não cumprimento ou a falta de manutenção desses índices poderia ocasionar um evento de vencimento antecipado de contratos de financiamento celebrados pela Eldorado. Nessa hipótese, os credores podem optar por receber imediatamente todo o saldo credor, acrescido de juros, e os ativos e fluxo de caixa da Companhia podem ser insuficientes para pagamento de

4.1 Descrição dos fatores de risco

todo o saldo devedor de seus contratos de financiamento. Esse tipo de situação pode gerar um efeito material e adverso para a Companhia.

Os resultados das investigações realizadas pelo MPF e pela CVM não podem ser previstos.

O Acordo de Leniência ("Acordo") firmado entre a J&F Investimentos S.A. ("J&F") - controladora da Companhia – e o Ministério Público Federal ("MPF") prevê a obrigação de realização de investigação interna independente com escopo de verificar as condutas praticadas pela J&F, na qualidade de colaboradora do Acordo, por meio de seus prepostos, empregados, administradores, dirigentes e terceiros contratados. Ainda que as investigações tenham sido concluídas, não é possível precisar eventuais desdobramentos decorrentes de tais investigações nem assegurar que não haverá qualquer multa ou penalidade que eventualmente possa ser imposta à Companhia.

Até a presente data, não temos conhecimento de que qualquer colaborador ou executivo da Companhia venha a fazer parte do processo de colaboração previsto na Cláusula 10 do Acordo de Leniência.

A Companhia não pode garantir que não estará sujeita a futuras investigações por autoridades brasileiras, americanas ou internacionais.

A Eldorado não pode garantir que, embora tenham sido firmados o Acordo de Leniência e os Acordos de Cooperação, outras autoridades governamentais brasileiras (com exceção do MPF) não investigarão a Companhia. Dessa forma, a Companhia não pode assegurar, por exemplo, que governos estaduais brasileiros que anteriormente concederam determinados benefícios e exceções fiscais não determinarão que tais exceções e benefícios tenham sido concedidos à Companhia somente mediante conhecimento de qualquer má conduta anterior não reportada e que, por isso, rescinda retrospectivamente qualquer benefício e exceção fiscal e busque o pagamento de imposto e juros retroativos. Ademais, a Companhia não pode assegurar que qualquer autoridade governamental de outros países, além do Brasil e dos Estados Unidos, não iniciará investigações sobre ou processos judiciais contra a Companhia relacionados a eventuais irregularidades ou má conduta praticadas anteriormente.

O resultado de potenciais investigações que venham a ser iniciadas por qualquer autoridade governamental brasileira, americana ou internacional é imprevisível. A Eldorado não pode estimar a duração, o escopo, o resultado ou o custo para a Companhia de qualquer potencial e imprevisível investigação ou processo judicial iniciado por tais autoridades. Qualquer desses processos ou investigações futuras pode resultar em multa ou outras penalidades, bem como pode afetar material e adversamente a percepção pública e/ou reputação da Companhia. Todos esses resultados podem gerar um efeito material adverso sobre a Companhia.

A Companhia depende de sua própria floresta plantada e de madeira fornecida por terceiros para seu suprimento de madeira, o que é essencial para o processo de produção da Companhia. Adicionalmente, a Companhia depende de terceiros fornecedores de certas matérias primas incluindo químicos necessários para o branqueamento da celulose. Qualquer interrupção no suprimento da Companhia ou aumento do preço de matéria prima pode gerar efeito material adverso para a Companhia.

Madeira é a principal matéria prima utilizada na produção dos produtos da Companhia. Em 2024, a Companhia utilizou madeira proveniente de plantação própria, bem como advinda de terceiros. A Companhia acredita que detém plantações em suas florestas suficientes para suprir a demanda atualmente existente. Tanto a floresta da Companhia como aquelas de seus fornecedores estão sujeitas a ameaças naturais, tais como estiagem, incêndio, pestes e doenças e os efeitos da mudança climática, o que pode reduzir a produção de madeira da Companhia e/ou aumentar o preço da madeira por ela adquirida de terceiros.

Ademais, a floresta plantada pela Companhia também está sujeita a outras ameaças, como a perda da posse devido a instabilidades sociais e roubos. Qualquer interrupção do suprimento de madeira que represente redução material da madeira disponível para a Companhia, incluindo como resultado de desastres naturais, perda da posse ou encerramento de contratos de fornecimento, pode gerar efeito material adverso para a Eldorado.

Além da madeira e da energia, a principal matéria prima necessária para a Companhia está relacionada aos químicos necessários para o branqueamento da celulose, incluindo sulfato de sódio, hidróxido de sódio (soda cáustica), clorato de sódio, cloro, peróxido de hidrogênio, oxigênio, entre outros. O aumento do preço dessas matérias primas e/ou a incapacidade da Companhia de preservar o relacionamento com seus atuais fornecedores ou de encontrar substitutos adequados, pode ocasionar um aumento do custo final dos produtos

4.1 Descrição dos fatores de risco

comercializados pela Eldorado. Caso não seja possível repassar tais custos aos consumidores, poderá haver efeito material adverso para a Companhia.

A paralisação ou a interrupção significativa das operações de transporte, armazenamento e instalações de distribuição ou portuárias pode gerar efeito material adverso para a Companhia.

A Companhia conta com uma logística de transporte, armazenamento e instalações portuárias para abastecer a fábrica de Três Lagoas/MS com matéria prima e distribuir seus produtos aos consumidores. As operações de logística da Companhia dependem de terceiros, prestadores de serviços e podem ser parcialmente ou completamente encerradas, temporária ou permanentemente, como resultado de qualquer circunstância, tais como falha de equipamentos, acidentes, eventos catastróficos, protestos, greves, ou outra dificuldade de trabalho, interrupções ou suspensão de transporte ou término de concessões garantidas à Companhia em relação ao direito de prover um serviço específico. Qualquer paralisação ou interrupção significativa das operações dessas instalações podem gerar efeito material adverso para a Companhia.

As operações da Companhia também podem ser adversamente afetadas por protestos ou ações que fechem as estradas por meio das quais a Companhia transporta seus produtos, bem como por greves de empregados portuários, agentes aduaneiros e outros servidores civis dos portos brasileiros por meio dos quais a Companhia exporta seus produtos. Eventuais greves ou protestos de grande duração no futuro podem gerar um efeito material adverso para a Companhia.

A Companhia obtém certos benefícios fiscais que, se modificados, suspensos, cancelados ou não renovados, podem gerar um efeito material adverso.

O governo federal oferece alguns benefícios fiscais para companhias cuja receita bruta advenha predominantemente da exportação. Os benefícios incluem o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras ("Programa RECAP") e o Regime de Suspensão para Aquisição de Matérias-primas, Produtos Intermediários e Materiais de Embalagens, o qual excepciona companhias elegíveis ao pagamento de determinados tributos – incluindo o Programa de Integração Social ("PIS") e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). O objetivo destes benefícios é evitar o acúmulo excessivo de créditos de PIS/COFINS. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os valores totais de créditos de PIS/COFINS foram de R\$ 71,4 milhões, R\$ 65,2 milhões e R\$ 76,8 milhões, respectivamente, podendo a Companhia utilizá-los como crédito para o pagamento de outros tributos, incluindo contribuição previdenciária.

A Companhia não pode assegurar que seus benefícios fiscais serão mantidos ou renovados, nem que a Companhia será capaz de obter novos benefícios fiscais. Caso a Eldorado venha a perder algum benefício fiscal existente em razão do descumprimento de requisitos futuros ou caso os programas e acordos fiscais que a Companhia faz parte sejam modificados, suspensos, cancelados ou não renovados, a Companhia pode ser adversamente afetada.

A Companhia se beneficia das disposições de tratado internacional celebrado pelo Governo Federal brasileiro para evitar a dupla tributação entre o Brasil e a Áustria, segundo o qual os lucros auferidos por subsidiária integral de sociedade brasileira na Áustria não estão sujeitos à dupla tributação no Brasil. Caso o referido tratado seja considerado inexecutável, a Companhia poderá ser material e adversamente afetada.

As operações de geração de eletricidade da Companhia podem ser adversamente afetadas por quaisquer circunstâncias adversas, o que pode afetar as operações de produção de celulose da Companhia.

As atividades da Eldorado de geração de eletricidade são conectadas à produção de celulose, uma vez que durante o processo de produção são removidos certos componentes orgânicos residuais da celulose e formam uma biomassa que é usada no processo de geração de eletricidade. Consequentemente, uma parada, interrupção ou redução da taxa de produção de celulose da Companhia pode significar uma redução no nível de rendimento de energia elétrica e um aumento no custo de sua operação.

A Companhia está sujeita a riscos trabalhistas que podem gerar um efeito material adverso.

Os funcionários da Eldorado são representados por sindicatos e estão cobertos por acordos coletivos de trabalho ou outros tipos de acordos que estão sujeitos a negociações periódicas. As disputas trabalhistas envolvendo a Companhia normalmente dizem respeito a relações regulares de trabalho e estão relacionadas a diferentes interpretações sobre a legislação aplicável às relações trabalhistas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia investe em procedimentos preventivos e em boas práticas com a finalidade de mitigar novas disputas trabalhistas. No entanto, não é possível garantir que a Companhia não estará sujeita a litígios trabalhistas com seus funcionários e/ou com os sindicatos que os representam. Tais disputas podem resultar em paralisações do trabalho, pressão sobre a Companhia para aumento de salários e/ou outros benefícios e outros assuntos, que podem gerar efeitos adversos relevantes nos negócios, na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Atrasos na expansão das instalações da Companhia ou na construção de novas instalações poderão afetar de maneira adversa o fluxo de caixa, bem como os custos e resultados operacionais da Companhia.

Parte da estratégia da Companhia para o aumento de sua participação no mercado internacional e para a melhora de sua competitividade, por meio de maiores economias de escala, consiste na expansão das instalações de produção existentes da Companhia e/ou a construção de novas instalações de produção. A expansão ou a construção de uma unidade de produção envolve vários riscos, incluindo licenciamento, engenharia, construção, regulamentação e outros desafios significativos que podem afetar o fluxo de caixa, atrasar, impedir operações bem-sucedidas do projeto ou aumentar significativamente os custos operacionais da Companhia.

Além disso, a expansão ou construção de uma instalação de produção também requer investimentos em recursos para formação florestal e preservação ambiental que podem resultar em um risco financeiro adicional. A capacidade de concluir com sucesso qualquer projeto de expansão ou de construção de nova instalação em tempo hábil também está sujeita a riscos financeiros, entre outros.

A Companhia depende de uma única fábrica para produzir celulose. Qualquer acontecimento que afete a fábrica pode ter um efeito material adverso para a Companhia.

Diferente de alguns de seus concorrentes, a Companhia depende de uma única fábrica para produzir celulose. Diante disso, salvo se forem adquiridas ou construídas outras fábricas, quaisquer acontecimentos relevantes que afetem a fábrica da Companhia em Três Lagoas/MS, incluindo sua impossibilidade de operar total ou parcial, paradas ou interrupções não programadas da produção, podem prejudicar a produção de celulose e, consequentemente, oferta do produto no mercado, o que pode ter um efeito material adverso para a Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia

A Companhia figura no polo passivo de diversos processos judiciais e administrativos, nas esferas cível, tributária, trabalhista e ambiental, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões adversas que tenham impactos econômicos relevantes nos negócios ou que impeçam a execução do plano de crescimento da Companhia podem afetar sua condição financeira e os resultados operacionais. Baseado na opinião de consultores jurídicos e, quando aplicável, com base em pareceres específicos de especialistas, a Companhia avalia o resultado esperado das disputas em curso, a fim de determinar a necessidade de fazer provisões para contingências de perdas. Para maiores detalhes, vide item 4.4 deste Formulário de Referência.

A cobertura de seguro contratado pela Companhia pode ser insuficiente para cobrir eventuais perdas e não abrange danos causados às florestas da Companhia.

A Companhia mantém a política de contratação de cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de US\$ 493 milhões equivalente a R\$ 3.052 milhões e vigência até agosto de 2026. Além disso, também mantém cobertura securitária para responsabilidade civil com limite máximo indenizatório de US\$ 25 milhões equivalente a R\$ 154.807 mil e com vigência até agosto de 2025 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a Companhia dispõe de apólice de seguro de transporte nacional com limite máximo para indenização de R\$ 60 milhões e internacional no montante de US\$ 15 milhões equivalente a R\$ 92.884 mil e com vigência até outubro de 2026. Além das coberturas mencionadas anteriormente, são mantidas em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

A administração da Companhia considera suficiente tais valores e coberturas securitárias para cobrir possíveis riscos aos seus ativos industriais, lucros cessantes e responsabilidade civil. Portanto, essa avaliação não faz parte do escopo do exame das demonstrações financeiras realizado dos auditores

4.1 Descrição dos fatores de risco

independentes.

(b) Aos acionistas, em especial ao controlador da Companhia, direto ou indireto, ou grupo de controle

Até 15 de maio de 2025, os acionistas da Companhia estiveram em uma disputa a respeito do controle majoritário das ações emitidas pela Companhia.

Em 2 de setembro de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F") celebrou um contrato de compra e venda de ações para a alienação de até a totalidade de sua participação acionária, direta e indireta, na Eldorado ("Contrato de Compra e Venda de Ações"), para a CA Investment (Brazil) S.A., sociedade do grupo Paper Excellence ("CA Investment").

Desde 2018, as acionistas estavam envolvidas em disputas judiciais e arbitrais que questionavam a validade do referido Contrato de Compra e Venda de Ações e da consequente transferência do controle da Eldorado da J&F para a CA Investment.

Em 15 de maio de 2025, foi realizada uma reestruturação societária pela qual a J&F adquiriu, da Paper Excellence B.V., o equivalente a 100% do capital social da Prime Victory Company S.A. ("Prime Victory") que, por sua vez, detém os demais 49,41% da participação acionária da Eldorado até então pertencentes à ex-sócia CA Investment ("Aquisição"). A Aquisição pôs fim, de forma plena e definitiva, a todos os litígios existentes entre a J&F e a CA Investment, no Brasil e no exterior. Em consequência, todos os processos judiciais e arbitrais relacionados às disputas então em curso estão encerrados ou em fase final de encerramento.

Diante disso, a J&F tornou-se acionista integral da Eldorado, detendo diretamente 51,59% das ações da Companhia e, indiretamente, 49,41% das ações da Companhia pertencentes à Prime Victory.

Além disso, em 16 de maio de 2025, os Conselheiros indicados pela CA Investment nos Conselhos Fiscal e de Administração da Companhia apresentaram sua renúncia formal aos respectivos cargos.

Os acionistas da Companhia esperam ter influência na condução dos negócios da Companhia e podem ter interesses diversos dos da Companhia.

Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, indiretamente por meio de diversas companhias *holdings* intermediárias e da J&F, detêm 100% do capital social total da Eldorado Brasil.

A Companhia espera que seus acionistas exerçam sua influência na condução dos negócios por meio de sua participação societária. Entretanto, os interesses dos acionistas da Companhia podem ser diferentes dos interesses da Companhia. Como resultado da influência dos acionistas na condução dos negócios podem impedir que a Eldorado tome certas decisões ou ações para proteger os seus próprios interesses. Por exemplo, os acionistas da Companhia podem ter interesse em que a Companhia siga com transações que venham a valorizar seus investimentos em ações da Eldorado, mesmo que tais transações possam envolver o aumento de risco para a Companhia ou aumento de exposição em relação aos seus *stakeholders*.

Os acionistas da Companhia também podem ter interesse em desenvolver novas oportunidades de negócio que podem estar disponíveis para a Eldorado por meio de outras companhias nas quais eles detenham participação. Adicionalmente, outras empresas nas quais os acionistas da Eldorado tenham interesse podem vir a transacionar com a Companhia.

A Companhia não pode assegurar que os seus acionistas serão capazes de dirimir esses ou outros conflitos de interesses de forma imparcial.

A Companhia pode vir a captar no futuro recursos por meio de distribuição pública de valores mobiliários.

Eventualmente, a Companhia pode vir a captar recursos adicionais no futuro, por meio de operações de emissão pública de valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação por meio de distribuição pública de valores mobiliários conversíveis em ações poderá afetar o valor patrimonial das ações da Companhia e resultar na diluição da participação de acionistas no capital social.

Os proprietários das ações da Companhia podem não vir a receber dividendos ou juros sobre o capital

4.1 Descrição dos fatores de risco próprio.

De acordo com o Estatuto Social da Eldorado, deve-se pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual da Companhia, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual. Os dividendos intermediários declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos.

O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem ser esse pagamento desaconselhável diante da situação financeira da Companhia.

(c) Suas controladas ou coligadas

Mudanças na qualidade de crédito dos fornecedores para os quais tenham sido efetuados adiantamentos ou empréstimos podem causar efeito adverso sobre o valor dos ativos, patrimônio e resultados da Companhia.

É prática corrente – e, eventualmente, condição para atuação competitiva em diversos mercados onde a Companhia atua – a concessão de adiantamentos a fornecedores. Ao realizar adiantamentos ou empréstimos aos seus fornecedores, a Eldorado assume seus riscos de inadimplência. Dessa forma, mudanças no ambiente macroeconômico, nas condições específicas dos seus mercados de atuação, ou, ainda, problemas relacionados à gestão desses fornecedores podem afetar adversamente a capacidade de efetuar pagamentos, impactando diretamente o valor dos ativos e o capital de giro da Companhia. Qualquer alteração do risco de crédito de fornecedores poderá causar efeito adverso sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Eldorado.

(d) aos fornecedores da Companhia

Aumentos de preço nos materiais que a Companhia utiliza podem aumentar os custos de produção e reduzir a lucratividade.

As principais matérias-primas envolvidas nas operações da Companhia incluem madeira para produção e substâncias químicas necessárias ao processo de branqueamento da celulose, do qual a Companhia depende significativamente. Nos últimos exercícios sociais, uma parte relevante das necessidades de madeira decorreram das próprias florestas da Companhia.

Ainda, a Companhia está sujeita ao risco de possíveis aumentos dos preços desses materiais para além dos valores calculados com base em índices de reajuste previstos nos contratos da Eldorado para a aquisição desses materiais. Tais aumentos podem vir a causar uma diminuição na rentabilidade da Companhia.

Além disso, as mudanças na legislação tributária, incluindo mudanças nas alíquotas de tributos ou a criação de novos tributos que aumentam os custos dos materiais utilizados nas operações da Companhia podem, consequentemente, elevar o preço final dos produtos produzidos pela Companhia a valores superiores aos que o mercado consumidor é capaz de absorver. Isso pode levar a dificuldades na comercialização dos produtos ou a uma redução na lucratividade da Eldorado.

Por fim, uma grande parte dos custos de operação e das despesas operacionais da Companhia está atrelada à moeda local e tende a aumentar de acordo com a inflação brasileira. Mudanças significativas nos preços dos insumos ou a falta de tais mudanças podem afetar adversamente a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

(e) aos clientes da Companhia

Deterioração das condições econômicas dos mercados em que a Companhia opera podem causar um efeito material adverso na Companhia.

A demanda pela produção de celulose da Companhia está relacionada à atividade econômica geral, PIB *per capita* e níveis de urbanização dentro dos mercados nos quais a Companhia comercializa seus produtos. Os

4.1 Descrição dos fatores de risco

negócios da Companhia podem ser material e adversamente afetados por mudanças na condição econômica brasileira ou global, incluindo inflação, taxas de juros, disponibilidade de capital, índices de despesas de consumo, custos e disponibilidade energética (incluindo preço de combustível) e os efeitos de iniciativas do governo para controlar a condição econômica (incluindo tarifas). Qualquer alteração pode afetar adversamente a demanda pelos produtos da Companhia tanto no mercado brasileiro quanto no mercado internacional, bem como os custos e a disponibilidade da matéria-prima necessária pela Companhia.

A deterioração das condições econômicas brasileiras e/ou globais podem, dentre outras:

- afetar adversamente a demanda global por celulose, o que pode resultar em uma redução das vendas, da receita operacional e do fluxo de caixa da Companhia;
- tornar mais difícil e custoso para a Companhia obter financiamento para a operação, investimento ou refinar as dívidas da Companhia no futuro;
- forçar os credores da Companhia a se afastar da anterior prática do setor e tornar mais difícil e custosa, no futuro, a concessão de qualquer anuência no âmbito de contratos de dívida celebrados pela Companhia;
- prejudicar a condição financeira de alguns dos consumidores e fornecedores da Companhia; e
- diminuição do valor dos investimentos da Companhia.

A perda de alguns dos consumidores ou mudanças na qualidade do crédito dos consumidores a quem a Companhia tem vendido por meio de linhas de crédito pode acarretar efeito material adverso para a Companhia.

No mercado em que a Companhia atua, é comum – e geralmente um requisito competitivo – vender para consumidores por meio de linhas de crédito. Embora a maioria das vendas da Companhia seja garantida por seguro de crédito ou outras garantias, quando a Eldorado realiza tais vendas a clientes com probabilidade de apresentar algum problema de inadimplência, sua habilidade de realizar pagamento pode ser afetada significativamente, impactando diretamente os ativos e o capital de giro da Companhia.

Essa dinâmica comercial pode expor a Companhia a riscos de incompatibilidade entre os índices com base nos quais a Companhia obtém financiamentos de terceiros e os índices que a Eldorado pratica aos seus clientes. Um aumento no risco de crédito de seus clientes ou uma disparidade entre os custos de capital da Companhia e de seus clientes pode gerar um efeito material adverso para a Companhia.

(f) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

A Companhia enfrenta uma competição significativa.

O setor em que a Companhia atua é altamente competitivo. No mercado internacional de celulose, alguns dos competidores da Companhia podem ter maior potencial financeiro e maior acesso a recursos de capital mais baratos. Consequentemente, esses competidores poderão ter a capacidade de suportar despesas estratégicas dirigidas ao aumento de sua participação no mercado. Além disso, a maioria dos mercados de celulose é atendida por diversos fornecedores, muitas vezes de diferentes países.

Muitos outros fatores influenciam a posição competitiva da Companhia, tais como eficiência da usina e seus índices operacionais, disponibilidade, qualidade e custo de madeira, água, químicos, logística e força de trabalho, bem como flutuação da taxa de câmbio.

Alguns dos competidores da Companhia podem ter mais recursos financeiros e de *marketing*, além de um número maior de localidades em que produzem pasta branqueada de eucalipto (*BEKP – Bleached Eucalyptus Kraft Pulp*). Contudo, a Companhia é uma das produtoras com custo de produção de BEKP mais baixo do mundo, como reportado por *Hawkins Wright*.

Caso a Companhia não seja capaz de manter a competitividade em relação a seus competidores no futuro, a participação de mercado da Companhia pode ser adversamente afetada. No mais, a desaceleração da pressão sobre preços da celulose pelos competidores da Companhia, como resultado de sua estratégia

4.1 Descrição dos fatores de risco

comercial ou de aumento na produção, pode afetar adversamente a lucratividade da Companhia.

Competição sobre terras de não produtores de eucalipto e pecuaristas podem afetar a expansão da Companhia e podem gerar efeito material adverso.

Um aumento da demanda global por certas *commodities* ou terras utilizadas para pasto podem gerar grande competição pelo uso de terras de que a Companhia possa precisar para o aumento de sua operação florestal, o que pode elevar os preços das terras utilizadas nas atividades da Eldorado. A produção de outras plantas que não o eucalipto ou o desenvolvimento de terras para pasto pode ser economicamente superior às atividades florestais, e, como resultado, o potencial aumento do valor da terra pode inibir a expansão das operações florestais da Companhia. Pelo mesmo motivo, a Eldorado pode enfrentar dificuldades para convencer terceiros a alugar suas terras ou a firmar parcerias rurais, que comumente possuem vigência de 14 anos (dois ciclos de cultivo do eucalipto), para começar ou expandir o cultivo de eucalipto. Uma redução do montante de terras disponíveis para a Companhia na região em que ela opera majoritariamente por meio de *leasing* ou de parcerias rurais para o cultivo do eucalipto pode gerar um efeito material adverso.

A Companhia pode não ser capaz de ajustar o volume de produção de forma oportuna ou econômica em resposta a mudança na demanda, o que pode gerar efeito adverso relevante.

Se a Companhia tiver que operar com significativa capacidade ociosa durante períodos de fraca demanda, poderemos estar expostos a custos elevados de produção unitária. Além disso, os esforços para reduzir os custos durante os períodos de fraca demanda podem ser limitados por regulamentações trabalhistas ou por contratos de trabalho ou do governo. Por outro lado, durante os períodos de alta demanda, a capacidade da Companhia de aumentar rapidamente a produção pode ser limitada pela capacidade de produção do maquinário. Além disto, projetos de expansão podem exigir longos prazos de implementação. Essa situação pode tornar a Companhia incapaz de satisfazer a demanda por seus produtos, o que poderia nos levar a perder volume de mercado e gerar um efeito adverso relevante.

Os preços de mercado dos produtos produzidos pela Companhia são cíclicos.

Os preços que a Companhia obtém por meio da comercialização de seus produtos está atrelado aos preços globais de celulose. Historicamente, os preços globais de celulose são cíclicos e estão sujeitos a significativas oscilações em pequenos períodos. O preço da dos produtos produzidos pela Companhia depende de vários fatores, incluindo a demanda mundial por produtos de celulose, a capacidade de produção global, o estoque global de celulose, as estratégias adotadas pelos principais produtores de celulose e a disponibilidade de substitutos para os produtos da Eldorado.

As flutuações de preços ocorrem não apenas de ano para ano, mas também ao longo do ano, como resultado de condições econômicas globais e regionais, restrições de capacidade, abertura e fechamento de fábricas, oferta e demanda de matérias-primas necessárias para a produção da Companhia, suprimento e demanda dos próprios produtos, entre outros fatores.

Nenhuma garantia pode ser dada de que os preços globais da celulose irão se estabilizar ou diminuir no futuro, ou que a demanda pelos produtos da Eldorado não irá diminuir no futuro. Como resultado, não é possível assegurar que a Companhia será capaz de operar com rentabilidade no futuro. Todos esses fatores estão além do controle da Eldorado e uma queda significativa no preço de um ou mais dos produtos comercializados pela Companhia pode ter um efeito adverso relevante sobre a receita operacional líquida, sobre o lucro operacional e sobre lucro líquido.

A crise econômica e política brasileira pode gerar um efeito material adverso nos negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O cenário político brasileiro influenciou e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetam a confiança do investidor e o mercado em geral, resultando em elevação nas taxas de juros, desaceleração da economia e aumento da volatilidade da taxa de câmbio e de valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras.

Inflação, valorização do câmbio e medidas governamentais brasileiras podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e gerar um efeito material adverso na Companhia.

O Brasil viveu, em um passado recente, índices inflacionários altíssimos e seguiu políticas monetárias que

4.1 Descrição dos fatores de risco

contribuíram para uma das mais altas taxas de juros reais do mundo. A inflação e as medidas governamentais brasileiras para combatê-la tiveram e ainda podem ter efeitos significativos na economia brasileira e nos negócios da Companhia. Políticas monetárias restritivas com altas taxas de juros e elevadas exigências para depósito compulsório podem restringir o crescimento e a disponibilidade de crédito no país. Por outro lado, políticas governamentais e do próprio Banco Central mais flexíveis, bem como a diminuição da taxa de juros podem acarretar o aumento da inflação, o crescimento da volatilidade e, conseqüentemente, a necessidade de um aumento repentino e significativo da taxa de juros.

Como resultado de medidas adotadas nos últimos anos, a taxa de juros básicos no Brasil flutuou significativamente. O índice inflacionário brasileiro, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), medidos pelo IBGE, para os anos de 2021, 2022, 2023 e 2024 foi de 10,06%, 5,79%, 4,62% e 4,83%, respectivamente.

Pressões inflacionárias podem resultar em intervenções do governo na economia, incluindo por meio de políticas que podem vir a afetar adversamente a performance geral da economia. Isso, por sua vez, pode afetar adversamente as operações da Eldorado.

Inflação, medidas voltadas à sua diminuição, e a especulação sobre a adoção de potenciais medidas podem também contribuir para incerteza significativa relacionada à economia brasileira e à enfraquecida confiança dos investidores. Esses fatores podem afetar a habilidade da Companhia de acessar financiamentos, inclusive via mercado internacional de capitais.

Futuras medidas do governo brasileiro, intervenções no mercado de câmbio e ações para ajuste ou fixação do valor do Real, podem gerar aumento da inflação ou valorização da moeda local, afetando adversamente a performance da companhia.

A inflação pode também aumentar custos e despesas da Eldorado, que, por sua vez, pode ser incapaz de transferir esses custos aos seus consumidores, reduzindo sua margem de lucro e seu lucro líquido. Adicionalmente, os altos índices de inflação geralmente elevam a taxa de juros nacional e, por consequência, os serviços de dívida relativos à porção da dívida da Companhia fixada em Real, bem como àquela que está indexada à taxa flutuante também pode aumentar e, em decorrência, o lucro líquido da Companhia pode diminuir. A inflação e seus efeitos relacionados à taxa de juros nacional poderá, adicionalmente, reduzir a liquidez dos mercados de capital e financeiros nacionais, o que pode afetar a habilidade da Eldorado de refinarçar seu endividamento nesses mercados.

Ainda, os consumidores e fornecedores da Companhia podem ser impactados pelo alto índice de inflação e seus efeitos aos consumidores e fornecedores podem afetar adversamente a Companhia.

Variações na taxa de juros podem aumentar o custo do serviço das dívidas da Companhia.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023, 2022 e 2021, a média ponderada do CDI foi de 10,88%, 13,04%, 12,38% e 4,42% respectivamente, e a TJLP foi de 6,88%, 7,06%, 7,28% e 5,32%, respectivamente. O aumento da taxa de juros pode impactar a habilidade da Companhia de obter empréstimos e aumentar o custo de suas dívidas, resultando no aumento das despesas financeiras da Companhia. Esse aumento pode afetar adversamente a habilidade da Eldorado de pagar suas obrigações, na medida em que a posição de caixa da Companhia venha a ser reduzida. Ademais, discrepâncias nas taxas de inflação aos quais os ativos e responsabilidades da Eldorado estão vinculados, bem como flutuações significativas na taxa de juros podem resultar em perdas financeiras para a Companhia.

Desdobramentos e mudanças na percepção de investidores de outros países, particularmente os Estados Unidos e países em desenvolvimento, podem afetar o preço de mercado dos valores mobiliários do Brasil.

O valor de mercado dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é afetado em diferentes graus pelas condições da economia e de mercado em outros países, incluindo países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Embora as condições econômicas em tais países sejam significativamente diferentes das condições econômicas do Brasil, a reação dos investidores aos desdobramentos nesses países pode afetar adversamente o mercado de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. As crises em outros países emergentes também podem reduzir o interesse do investidor em valores mobiliários brasileiros, incluído os valores mobiliários da Companhia, o preço de mercado deste pode ser adversa e materialmente afetado.

O preço das ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ou B3, por exemplo, tem sido historicamente afetado

4.1 Descrição dos fatores de risco

pela variação das taxas de juros nos Estados Unidos, bem como pela variação dos principais índices do mercado nos Estados Unidos. A crise financeira nos Estados Unidos e Europa tem impactado frequente e adversamente a economia global e, direta e indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiro, incluindo a variação no preço dos valores mobiliários, incluindo a redução na disponibilidade e variação nas taxas de inflação e câmbio, dentre outros efeitos, e podem afetar adversa e materialmente a Eldorado.

Desdobramentos em outros países e no mercado de capitais podem prejudicar ou impedir o acesso da Companhia o mercado de capitais e financiamentos de suas operações no futuro em condições aceitáveis. A Companhia não pode assumir que o mercado de capital e de dívida internacionais permanecerão disponíveis às companhias brasileiras ou que o custo de financiamento nestes mercados será favorável à Companhia.

Qualquer rebaixamento na classificação do crédito do Brasil pode afetar adversamente a Companhia.

A classificação de crédito afeta a percepção de risco do investidor e, como resultado, o rendimento requerido na emissão de dívidas no mercado financeiro. As agências de classificação regularmente avaliam o Brasil e suas classificações soberanas, levando em consideração o número de fatores incluindo tendências macroeconômicas, condições orçamentárias e fiscais, endividamento e previsão de mudança destes fatores.

Em novembro de 2021 a S&P reafirmou o *rating* em moeda estrangeira do Brasil em BB- e em dezembro de 2023 elevou o *rating* em moeda estrangeira do Brasil para BB com perspectiva estável. Em maio de 2020 a *Moody's* reafirmou a classificação do Brasil em Ba2 e em outubro de 2024 elevou o *rating* do Brasil para Ba1 com perspectiva positiva, posicionando o país a um passo do grau de investimento. Em fevereiro de 2018, a *Fitch* rebaixou o Brasil para BB-, o que se manteve em 2020, 2021 e 2022 e em julho de 2023 a *Fitch* elevou o *rating* do Brasil para BB com perspectiva estável.

Rebaixamentos da classificação de crédito soberana brasileira podem aumentar a percepção de risco do investidor e, como resultado, aumentar o custo de endividamento futuro da Companhia, afetando adversamente o seu resultado.

A Companhia está sujeita às leis anticorrupção nas jurisdições em que opera, incluindo a U.S. Foreign Corrupt Practices Act, a UK Bribery Act e a Lei Anticorrupção brasileira.

A Companhia está sujeita a inúmeras leis anticorrupção, incluindo a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* ("FCPA"), a *UK Bribery Act* e a Lei Anticorrupção brasileira.

O FCPA e outras leis anticorrupção similares geralmente proíbem empresas e suas intermediárias de realizar pagamentos indevidos e/ou indevidamente oferecer valores para autoridades estrangeiras, direta ou indiretamente, para fins de obtenção ou manutenção de negócios e/ou outros benefícios. Algumas dessas leis possuem efeitos legais, em determinadas situações, para além de sua jurisdição. O FCPA também requer manutenção de registro e práticas contábeis internas adequadas a refletir com precisão as transações. Sob o FCPA, as empresas que operam nos Estados Unidos podem ser responsabilizadas por atos praticados por seus parceiros e representantes estratégicos locais.

O *UK Bribery Act* possui um campo de aplicação mais amplo do que do FCPA, pois proíbe diretamente o suborno comercial (por exemplo, subornar outros que não autoridades governamentais) em complemento ao suborno de autoridades governamentais, bem como não prevê certas exceções, notadamente para facilitações de pagamento, por sua vez não expressamente vedadas pelo FCPA. O *UK Bribery Act* também possui jurisdição ampla. Ele contempla qualquer tipo de crime cometido no Reino Unido, porém, processos também podem ser abertos caso uma pessoa que possua conexão próxima com o Reino Unido cometa atos ou omissões relevantes fora do Reino Unido. A definição de pessoa com conexão próxima segundo o *UK Bribery Act* inclui cidadãos britânicos, indivíduos residentes e organizações constituídas no Reino Unido.

O *UK Bribery Act* também prevê que qualquer organização que conduza parte dos seus negócios no Reino Unido, ainda que lá não esteja constituída, pode ser processada por um crime corporativo por falha em prevenir suborno cometido por um de seus associados, mesmo que o ato de suborno tenha sido realizado inteiramente fora do Reino Unido e o associado não tenha qualquer tipo de conexão com o Reino Unido. Outras jurisdições em que a Companhia opera adotaram leis anticorrupção e antisuborno similares e, em caso de violação de alguma destas leis, podem ser impostas sanções civis e criminais.

A Lei Anticorrupção brasileira prevê que o suborno, dentre outros atos praticados contra as administrações públicas brasileira e estrangeira, é ilegal e sujeita as empresas envolvidas em qualquer irregularidade a diversas penalidades. Nos termos dessa lei, as empresas serão responsabilizadas objetivamente, isto é, a existência ou não de intenção ou negligência é irrelevante. No caso de uma empresa infringir a Lei

4.1 Descrição dos fatores de risco

Anticorrupção, poderá ela sofrer a imposição de sanções administrativas na forma de multa que pode variar de 0,1% a 20% do faturamento bruto do ano anterior à instauração do processo administrativo que levou à imposição da referida sanção.

As empresas também podem ser responsabilizadas judicialmente, com a eventual imposição de sanções como: perda de ativos, direitos e valores, direta ou indiretamente, obtidos em razão da prática de irregularidade; suspensão ou interrupção parcial de suas atividades; dissolução compulsória da pessoa jurídica; e a proibição do recebimento de incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de instituição financeira pública. Além disso, as empresas podem receber sanções reputacionais, como ter seu nome incluído no Cadastro Nacional de Empresas Punidas. De acordo com a Lei Anticorrupção, tanto as sociedades controladoras, controladas e afiliadas quanto as empresas que integram consórcios são solidariamente responsáveis pelas sanções aplicadas, restringindo-se a danos e multas.

A Companhia opera em alguns países considerados de alto risco de corrupção. Apesar de todos os esforços despendidos para assegurar o cumprimento do FCPA, do *UK Bribery Act*, da Lei Anticorrupção brasileira e de leis similares, a Companhia não pode assegurar que seus conselheiros, administradores, empregados, agentes, terceiros intermediários e empresas para as quais terceiriza suas operações cumprirão essas leis e as políticas anticorrupção da Companhia, podendo vir a ser, em última análise, responsabilizados por qualquer descumprimento dessas normas.

Se a Companhia ou seus administradores violarem leis anticorrupção ou normas que versem sobre a condução de negócios perante entidades governamentais (incluindo leis locais), a Companhia ou seus diretores ou administradores podem estar sujeitos a penalidades civis e/ou criminais, bem como a outras sanções. Eventual imposição de penalidades e/ou qualquer investigação sobre efetiva ou suposta violação de tais leis pode prejudicar a reputação da Companhia ou gerar outro tipo de impacto material adverso em seus negócios, em sua condição financeira, nos resultados de suas operações e em suas perspectivas.

(g) à regulação dos setores em que a Companhia atua

O cumprimento de regras ambientais pode gerar um custo significativo e seu descumprimento pode resultar na responsabilidade civil por danos eventualmente causados, bem como sanções nos âmbitos criminal e administrativo, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A Eldorado está sujeita a extensas, complexas e rigorosas leis e regras, nas esferas federal, estadual e municipal do Brasil, relativas à proteção do meio ambiente, incluindo as relacionadas ao descarte de materiais no meio ambiente, ao manuseio, ao tratamento e ao descarte de resíduos, bem como à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas. Em particular, o tratamento da efluente industrial da Companhia está sujeito à legislação e à regulamentação ambiental brasileira, bem como aos padrões de qualidade exigidos pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL.

O não cumprimento da legislação e da regulamentação ambiental brasileira pode causar sérias consequências para a Companhia, dentre as quais estão sanções de natureza criminal (para a Companhia e para seus empregados), civil e administrativa, eventuais medidas judiciais por danos à propriedade, danos pessoais, danos aos recursos naturais e publicidade negativa.

As atividades da Eldorado também podem ser afetadas por futuros acordos internacionais que tenham como objeto a proteção ambiental. Como resultado de possíveis novos acordos internacionais sobre o assunto, a Companhia poderá incorrer em despesas adicionais para cumprir essas regras ambientais, especialmente se forem mais rígidas que as atuais, o que poderá afetar adversamente a disposição de caixa da Companhia. O cumprimento de regras ambientais pode aumentar os custos e as despesas, como resultado, reduzir os lucros obtidos pela Companhia.

Exigências ambientais adicionais eventualmente impostas no futuro e/ou aplicação mais rigorosa das regras há existentes podem exigir investigações, avaliações ou gastos atualmente não previstos e podem exigir que a Companhia incorra em custos adicionais significativos. Novas exigência ambientais, interpretações mais rigorosas das regras ambientais já existentes ou obrigações relacionadas à investigação ou limpeza de locais contaminados poderiam causar um efeito adverso material sobre a Companhia.

As alterações nas leis fiscais brasileiras podem causar impactos adversos sobre os impostos aplicáveis aos negócios da Companhia.

O governo brasileiro frequentemente implementa mudanças nos regimes tributários que afetam a Companhia e seus clientes. Essas mudanças incluem alterações nas alíquotas dos tributos e, ocasionalmente, a

4.1 Descrição dos fatores de risco

aprovação de tributos temporários, cujas receitas se destinam a fins governamentais previamente designados.

Algumas dessas mudanças podem resultar em aumento de pagamento de tributos pela Companhia, por seus clientes ou fornecedores, o que pode afetar de forma negativa a lucratividade da indústria de celulose, aumentar os preços dos produtos comercializados pela Companhia, restringir a capacidade da Companhia de fazer negócios em seus mercados-alvo e nos mercados em que já opera, prejudicando os resultados financeiros da Companhia. Não há garantia de que haverá capacidade de manter o fluxo de caixa e a rentabilidade após quaisquer aumentos de impostos aplicáveis à Companhia ou às suas operações.

O governo brasileiro historicamente influencia e continua influenciando a economia brasileira. A economia brasileira e a política ambiental podem gerar efeito material adverso para a Companhia.

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia brasileira, realizando ocasionalmente mudanças significativas nas políticas monetárias, tributárias e creditórias, dentre outras. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação, estimular a expansão da economia e implementar outras políticas incluíram, dentre outras, salário, controle de salário e preço, tarifas e congelamento do acesso em contas, apreciação e depreciação do real brasileiro, ajustes cambiais limitando importações, controle sobre remessas internacionais e intervenções do BCB alterando a taxa de juros básica. A Companhia não pode antever ou controlar quais medidas ou políticas o governo brasileiro pode adotar no futuro. A Companhia pode ser afetada adversamente por mudanças nas políticas adotadas pelo governo brasileiro, assim como por fatores gerais, incluindo, mas não se limitando a:

- Aumento ou retração do crescimento econômico brasileiro, como medido pelo PIB;
- Inflação;
- Política monetária e fiscal;
- Disponibilidade de crédito;
- Políticas comerciais;
- Taxa de juros;
- Suprimento de energia elétrica;
- Liquidez dos mercados internos de crédito e de capital;
- Instabilidade política e social;
- Mudanças na legislação tributária;
- Controle cambial e restrições de remessas internacionais;
- Flutuação na taxa de juros e controles cambiais; e
- Outras diretrizes políticas, diplomáticas, sociais e econômicas ou eventos no Brasil ou que afetam o país.

Incertezas sobre quando o governo brasileiro implementará mudanças nas políticas e regulações afetando estes e outros fatores no futuro podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, bem como dos valores mobiliários emitidos internacionalmente por empresas brasileiras. Estes e outros desdobramentos futuros nas políticas governamentais e econômicas brasileiras podem gerar um efeito material adverso para a Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos regulatórios associados às suas operações internacionais.

A Companhia está sujeita às leis e regras locais, regionais e globais em diversas áreas como segurança de produtos, afirmações sobre produtos, marcas registradas, concorrência, saúde e segurança de funcionários, o meio ambiente, governança corporativa, listagem e divulgações, emprego e impostos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O descumprimento dessas leis e regras poderia expor a Companhia a ações cíveis e/ou criminais, que levariam a possíveis indenizações, multas e sanções criminais aplicadas em face da Companhia e/ou de seus funcionários, com possíveis consequências reputacionais.

(i) aos países estrangeiros onde a Companhia atua

As exportações da Companhia estão sujeitas a riscos políticos e econômicos de países estrangeiros, o que pode acarretar efeito material adverso para a Companhia.

As vendas de exportação da Companhia representam 87%, 88% e 84% do total da receita líquida consolidada dos anos exercícios sociais encerrados 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente. As exportações, principalmente para a Ásia, para a União Europeia e para a América do Norte, expõem a Companhia a riscos não enfrentados por outras empresas que operam somente no Brasil ou somente em outro país. Por exemplo, as exportações da Companhia podem ser afetadas por tarifa ou restrições de importação, outras medidas de proteção comercial e requisitos para licenciamento de importação ou exportação.

A futura performance financeira da Companhia dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos seus principais mercados de exportação. Riscos associados a atividades internacionais da Companhia incluem:

- Flutuação significativa em escala global para produção de celulose, o que pode impactar as vendas, as receitas operacionais e o fluxo de caixa da Companhia;
- A entrada de novos produtores de celulose ou eventuais fusões e aquisições entre produtores existentes, o que pode limitar a competitividade da Companhia no mercado;
- A inabilidade da Companhia de continuar expandido sua capacidade de produção na mesma medida que seus competidores, o que pode acarretar um efeito negativo na participação do mercado detida pela Companhia;
- Crises em mercados financeiros e a ameaça de uma desaceleração econômica global, o que pode enfraquecer a condição financeira de alguns consumidores, fornecedores ou contrapartes em contratos de derivativos da Companhia, deste modo aumentando as dívidas de cobrança duvidosa dos consumidores e a não realização de serviços por fornecedores e contrapartes;
- Alterações nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras (contra o dólar) e na taxa de inflação de países estrangeiros nos quais a Companhia opera;
- Controle de câmbio e comércio internacional;
- Alterações nas condições econômicas de um país ou região específica;
- Diferenças culturais;
- Consequências adversas derivadas de alterações nos requisitos regulatórios, incluindo normas ambientais, regulatórias e requisitos de certificação;
- Dificuldades e custos associados ao cumprimento e à execução de soluções relacionadas a leis, tratados e regulamentações internacionais complexas;
- Consequências adversas decorrentes de alteração em leis tributárias; e
- Custos relacionados à logística, interrupção de embarcação e redução da disponibilidade de transporte de carga.

O crescimento da economia Chinesa continuou nos últimos anos, porém sofreu uma desaceleração. Qualquer desdobramento negativo na economia chinesa pode rapidamente impactar as exportações da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A importância da China no mercado global de celulose cresceu nos últimos anos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a demanda do mercado chinês representou 40% da demanda total de celulose do mercado internacional, de acordo com estimativas do Hawkins Wright. A economia da China vinha passando por um crescimento econômico lento até 2020, em comparação às últimas duas décadas. Em 2021, porém, a aceleração da atividade econômica após o primeiro ano de pandemia de COVID-19 fez com que o PIB da China aumentasse em 8,6%. Após este período, o crescimento voltou a patamares mais moderados registrando 3,1% em 2022 e 5,2% em 2023 e 4,6% em 2024 de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional.

Caso a demanda chinesa por celulose diminua em razão de uma condição macroeconômica difícil na China ou por outros motivos, a Companhia pode não ser capaz de encontrar mercados alternativos para vender qualquer produção excedente, o que pode resultar em um declínio das vendas, receita líquida e lucro líquido da Companhia. Qualquer desdobramento adicional negativo na China pode rapidamente impactar a demanda chinesa pelos produtos da Companhia, podendo acarretar efeito material adverso para a Companhia.

(j) a questões sociais e ambientais

A não obtenção ou não renovação das autorizações, licenças e certificações necessárias ao exercício das atividades da Companhia pode ter um efeito adverso relevante.

A Companhia depende da emissão de autorizações e licenças do governo, bem como de certificações voluntárias de organizações terceiras para realizar algumas de suas atividades. Para a obtenção das licenças destinadas ao exercício de certas atividades potencialmente geradoras de impacto ambiental significativo, são necessários determinados investimentos em conservação para compensar esse impacto.

Além disso, a Eldorado detém licenças para operar suas instalações, que normalmente são válidas por um período entre 1 e 4 anos contados da data de emissão das licenças, que devem ser renovadas por períodos iguais. Durante a vigência da licença, avaliações técnicas são realizadas para monitorar o cumprimento das condições a que a concessão da licença está sujeita. Cada licença operacional deve ser renovada periodicamente para garantir sua cobertura. A renovação de uma licença deve ser solicitada em tempo hábil, normalmente de 30 a 120 dias anteriores a data de expiração para garantir uma cobertura contínua.

As licenças operacionais requerem, dentre outras coisas, que a Companhia reporte, periodicamente, sua conformidade com os padrões de emissões estabelecidos por órgãos ambientais. As operações florestais da Companhia também são certificadas e auditadas anualmente pelo FSC® – certificação FSC-C113536 – (Forest Stewardship Council®, para assegurar que essas florestas sejam manejadas de acordo com os princípios de manejo florestal responsável. O certificado FSC é um dos requisitos para a exportação de madeira e produtos derivados, como o BEKP, para o mercado da União Europeia.

A falha em obter, renovar ou cumprir as permissões, licenças de operação e certificações detidas pela Companhia pode causar atrasos na implantação de novas atividades, aumento de custos, redução de receita de vendas, multas ou mesmo suspensão das atividades da Companhia.

(k) a questões climáticas

As condições de seca no Brasil podem resultar em escassez de água e racionamento e, conseqüentemente, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

O Brasil já experimentou severas condições de seca, resultando em fluxo insuficiente em certos rios, escassez aguda de água e, conseqüentemente, a implementação de racionamento para controlar o uso da água. Se as secas futuras afetarem a área onde a usina de Três Lagoas/MS está localizada ou onde a Companhia conduz suas atividades de logística, inclusive no Estado de São Paulo, há incerteza de que as medidas governamentais para lidar com as condições de seca não terão impacto sobre as operações da Companhia, gerando efeito adverso relevante sobre ela.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A Companhia depende de uma única fábrica para produzir celulose. Qualquer acontecimento que afete a fábrica pode ter um efeito material adverso para a Companhia.

Diferente de alguns de seus concorrentes, a Companhia depende de uma única fábrica para produzir celulose. Diante disso, salvo se forem adquiridas ou construídas outras fábricas, quaisquer acontecimentos relevantes que afetem a fábrica da Companhia em Três Lagoas/MS, incluindo sua impossibilidade de operar total ou parcial, paradas ou interrupções não programadas da produção, podem prejudicar a produção de celulose e, consequentemente, oferta do produto no mercado, o que pode ter um efeito material adverso para a Companhia.

Preços de mercado de celulose são cíclicos e não são controlados pela Companhia. Variações nos preços podem afetar adversamente a situação financeira e os resultados operacionais da Eldorado.

A Companhia está exposta às oscilações do preço do seu produto, uma vez que a cotação da celulose é cíclica e determinada por condições mundiais de oferta e demanda, além de capacidade de produção, taxa de urbanização e crescimento econômico (tanto mundial quanto das regiões de maior concentração de vendas da Companhia). Historicamente, esses preços sofreram flutuações significativas durante períodos curtos.

Por exemplo, de acordo com a Hawkins Wright, nos últimos três anos, os preços por tonelada da celulose de fibra curta na América do Norte, na Europa e na China variaram de US\$ 1.605, US\$ 1.380 e US\$ 810 em dezembro de 2022; US\$ 1.135, US\$ 1.060 e US\$ 645 em dezembro de 2023 e a US\$ 1.245, US\$ 1.000 e US\$ 545 em dezembro de 2024.

Os preços variam não apenas de um ano para o outro, mas também ao longo de um mesmo ano, o que se explica por diversos fatores, tais como: condições macroeconômicas, oscilações nas demandas global e regionais de produtos derivados de papel, alterações nas capacidades de produção de celulose global e regionais (em decorrência de aberturas e fechamentos de fábricas papeleiras, novos projetos ou interrupções inesperadas), níveis de estoque, preços das matérias-primas, diferentes estratégias de negócio adotadas por outros produtores de celulose e a disponibilidade de produtos para substituir os nossos por preços mais competitivos. Tais fatores estão fora do controle da Eldorado e futuras quedas significativas nos preços de mercado de produtos derivados de celulose podem ter efeitos adversos diretos sobre os resultados da Companhia.

A Companhia depende de sua própria floresta plantada e de madeira fornecida por terceiros para seu suprimento de madeira, o que é essencial para o processo de produção da Companhia. Adicionalmente, a Companhia depende de terceiros fornecedores de certas matérias primas incluindo químicos necessários para o branqueamento da celulose. Qualquer interrupção no suprimento da Companhia ou aumento do preço de matéria prima pode gerar efeito material adverso para a Companhia.

Madeira é a principal matéria prima utilizada na produção dos produtos da Companhia. Em 2024, a Companhia utilizou madeira proveniente de plantação própria, bem como advinda de terceiros. A Companhia acredita que detém plantações em suas florestas suficientes para suprir a demanda atualmente existente. Tanto a floresta da Companhia como aquelas de seus fornecedores estão sujeitas a ameaças naturais, tais como estiagem, incêndio, pestes e doenças e os efeitos da mudança climática, o que pode reduzir a produção de madeira da Companhia e/ou aumentar o preço da madeira por ela adquirida de terceiros.

Ademais, a floresta plantada pela Companhia também está sujeita a outras ameaças, como a perda da posse devido a instabilidades sociais e roubos. Qualquer interrupção do suprimento de madeira que represente redução material da madeira disponível para a Companhia, incluindo como resultado de desastres naturais, perda da posse ou encerramento de contratos de fornecimento, pode gerar efeito material adverso para a Eldorado.

Além da madeira e da energia, a principal matéria prima necessária para a Companhia está relacionada aos químicos necessários para o branqueamento da celulose, incluindo sulfato de sódio, hidróxido de sódio (soda cáustica), clorato de sódio, cloro, peróxido de hidrogênio, oxigênio, entre outros. O aumento do preço dessas matérias primas e/ou a incapacidade da Companhia de preservar o relacionamento com seus atuais fornecedores ou de encontrar substitutos adequados, pode ocasionar um aumento do custo final dos produtos comercializados pela Eldorado. Caso não seja possível repassar tais custos aos consumidores, poderá haver efeito material adverso para a Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A paralisação ou a interrupção significativa das operações de transporte, armazenamento e instalações de distribuição ou portuárias pode gerar efeito material adverso para a Companhia.

A Companhia conta com uma logística de transporte, armazenamento e instalações portuárias para abastecer a fábrica de Três Lagoas/MS com matéria prima e distribuir seus produtos aos consumidores. As operações de logística da Companhia dependem de terceiros, prestadores de serviços e podem ser parcialmente ou completamente encerradas, temporária ou permanentemente, como resultado de qualquer circunstância, tais como falha de equipamentos, acidentes, eventos catastróficos, protestos, greves, ou outra dificuldade de trabalho, interrupções ou suspensão de transporte ou término de concessões garantidas à Companhia em relação ao direito de prover um serviço específico. Qualquer paralisação ou interrupção significativa das operações dessas instalações podem gerar efeito material adverso para a Companhia.

As operações da Companhia também podem ser adversamente afetadas por protestos ou ações que fechem as estradas por meio das quais a Companhia transporta seus produtos, bem como por greves de empregados portuários, agentes aduaneiros e outros servidores civis dos portos brasileiros por meio dos quais a Companhia exporta seus produtos. Eventuais greves ou protestos de grande duração no futuro podem gerar um efeito material adverso para a Companhia.

O crescimento da economia Chinesa continuou nos últimos anos, porém sofreu uma desaceleração. Qualquer desdobramento negativo na economia chinesa pode rapidamente impactar as exportações da Companhia.

A importância da China no mercado global de celulose cresceu nos últimos anos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a demanda do mercado chinês representou 40% da demanda total de celulose do mercado internacional, de acordo com estimativas do Hawkins Wright. A economia da China vinha passando por um crescimento econômico lento até 2020, em comparação às últimas duas décadas. Em 2021, porém, a aceleração da atividade econômica após o primeiro ano de pandemia de COVID-19 fez com que o PIB da China aumentasse em 8,6%. Após este período, o crescimento voltou a patamares mais moderados registrando 3,1% em 2022 e 5,2% em 2023 e 4,6% em 2024 de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional.

Caso a demanda chinesa por celulose diminua em razão de uma condição macroeconômica difícil na China ou por outros motivos, a Companhia pode não ser capaz de encontrar mercados alternativos para vender qualquer produção excedente, o que pode resultar em um declínio das vendas, receita líquida e lucro líquido da Companhia. Qualquer desdobramento adicional negativo na China pode rapidamente impactar a demanda chinesa pelos produtos da Companhia, podendo acarretar efeito material adverso para a Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos de mercado são os riscos de que alterações nos preços de mercado (taxas de câmbio, taxas de juros, taxas de inflação e preços de ações) afetem o resultado da empresa ou o valor de suas participações. Nesse sentido, o objetivo da gestão de risco de mercado é controlar a exposição ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis a fim de otimizar o retorno financeiro da Companhia.

Ao longo do último ano, os mercados continuaram a ser impactados pela crise econômica mundial, o que acarretou volatilidade em ativos financeiros, taxas de juros, taxas de câmbio e liquidez de mercado.

(a) Riscos de taxas de juros

Os riscos de taxas de juros referem-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a oscilações nas taxas de juros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, 90% dos empréstimos e financiamentos da Companhia, no valor de R\$ 1,927 milhões, estavam sujeitos a oscilações nas taxas de juros, como o CDI, o IPCA e SOFR.

Flutuações nas taxas de juros são causadas por vários fatores que estão além do controle da Companhia. Se essas taxas aumentarem significativamente, os custos financeiros da Companhia aumentarão e sua capacidade de obter financiamentos poderá diminuir, acarretando um efeito adverso relevante. A Eldorado e suas controladas podem, portanto, incorrer em potenciais perdas econômicas em razão de oscilações nas taxas de juros.

A Companhia procura mitigar o risco da taxa de juros efetuando a diversificação dos índices contratados e, eventualmente, utilizando a contratação de derivativos a fim de se proteger contra essas flutuações. A seguir são descritos cada um dos contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

- (i) **Swap CDI x Fixed (USD):** Posições em swaps convencionais trocando a variação da taxa DI por taxa prefixada em dólares. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para USD, alinhando à exposição natural dos recebíveis em USD da Companhia. É estimado o valor futuro das duas pontas do swap de acordo com as taxas de juros de mercado da moeda em que a ponta do swap é denominada. O valor presente da ponta ativa em reais é mensurado por meio do desconto, utilizando a curva futura do DI. No valor da ponta passiva em dólar, o desconto é feito pela curva do cupom cambial. Ambas as curvas são obtidas da B3. A seguir, é calculada diferença entre as duas pontas.
- (ii) **Swap IPCA x Fixed (US\$):** Posições em swaps convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) por taxa pré-fixada em USD. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para USD, alinhando a exposição natural dos recebíveis em USD da Companhia. É estimado o valor futuro das duas pontas do swap de acordo com as taxas de juros de mercado da moeda em que a ponta do swap é denominada. O valor presente da ponta ativa em reais é mensurado por meio do desconto utilizando a curva futura do DI. Na ponta passiva em dólar, o desconto é feito pela curva do cupom cambial. Ambas as curvas são obtidas da B3. A seguir, é calculada a diferença entre as duas pontas.
- (iii) **Swap Duplo Indexador CDI x Pré/USD:** Posições em swaps trocando a variação da taxa DI, acrescida de taxa pré-fixada, por índice de maior valor entre índice pré-fixado em reais ou índice pré-fixado em dólar, adicionado de juros. O objetivo é diminuir os efeitos das variações das taxas de juros DI

Além de mitigar o risco da taxa de juros, a Companhia altera o indexador de dívidas em Reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos seus recebíveis em US\$.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia dá-se sobre os empréstimos e os financiamentos. Segue posição em 31 de dezembro de 2024:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Modalidade	Indexador	Taxa	31/12/2024	Efeito possível no resultado		
				Cenário possível -25%	Cenário Provável ⁽¹⁾	Cenário possível 25%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	12,15%	903.253	101.616	135.488	169.360
Outro ativos não circulantes	TR	0,81%	1.799	26	34	43
Empréstimos e financiamentos	IPCA	4,83%	(608.123)	(22.759)	(30.345)	(37.932)
Empréstimos e financiamentos	SOFR	4,49%	(957.808)	(28.945)	(38.594)	(48.242)
Empréstimos e financiamentos	CDI	12,15%	(361.295)	(40.646)	(54.194)	(67.743)
Arrendamentos a pagar	IPCA	4,83%	(1.818.554)	(68.059)	(90.746)	(113.432)
Exposição líquida			(2.840.728)	(58.767)	(78.357)	(97.946)

⁽¹⁾. Os cenários prováveis foram calculados, considerando as seguintes cotações de para os riscos: CDI – 15,00% / TR – 1,91% / IPCA – 4,99% / SOFR – 4,03%. Fonte: Focus e Bloomberg.

A Companhia possui ativos e, principalmente, passivos expostos à oscilação de taxa de juros, que poderão ocasionar perdas financeiras originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado). Sua mitigação passa por efetuar aplicações financeiras nos mesmos índices associados ao seu passivo, efetuando, assim, um *hedge* natural.

O risco de taxa de juros está atrelado diretamente ao risco de aumentos nos encargos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos considerando as flutuações de taxas de mercado.

Operações Financeira	Fator de Risco	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
ACC	Pré-fixada/SOFR	R\$ 1.329.315.608	R\$ 333.558.898	R\$ 537.861.014
PPE	SOFR	R\$ 1.434.656.979	R\$ 776.067.659	R\$ 907.375.921
FINEX	SOFR	R\$ 86.300.007	-	-
CRA ¹	IPCA	R\$ 546.487.445	R\$ 577.549.467	R\$ 608.122.961
DEBÊNTURES ¹	CDI	R\$ 717.279.834	R\$ 721.672.737	R\$ -
NCE	CDI	R\$ 202.569.805	R\$ 214.124.506	R\$ -
Finame Pré	Pré-fixada	R\$ 249.010	-	-
CCB	Pré-fixada	-	-	R\$ 94.711.809
Leasing	Pré-fixada	R\$ 13.505.678	-	-
Aplicação Financeira (em BRL)	Pré-fixada/CDI	-R\$ 1.347.205.000	-R\$ 1.407.283.000	-R\$ 1.181.898.000
Dívida Líquida		R\$ 2.983.159.366	R\$ 1.215.690.266	R\$ 966.173.705

(b) Riscos de taxas de câmbio

Os riscos de taxas de câmbio são representados pelas flutuações das taxas de câmbio e podem fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, o que, por sua vez, pode levar à redução do valor de ativos ou ao aumento do valor de suas obrigações.

O câmbio brasileiro historicamente sofre constante depreciação em relação ao dólar americano e a outras moedas estrangeiras. O governo brasileiro implementou, no passado, planos econômicos e políticas de taxa de câmbio, incluindo a repentina desvalorização, pequenas desvalorizações periódicas (durante o qual a frequência dos ajustes passou de diária para mensal), controle cambial, mercados cambiais duplos e flutuação do sistema de taxa de câmbio.

Embora depreciações do *real* do longo prazo estejam geralmente relacionadas à taxa de inflação do Brasil, a desvalorização do *real* por pequenos períodos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o dólar americano e outras moedas.

Uma porção significativa dos empréstimos, financiamentos e renda da Companhia está – e espera-se que continue a ser – fixa ou indexada ao dólar americano e a outras moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, 92% e 92%, respectivamente, dos empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia foram fixados em dólar americano. Nesse sentido, uma depreciação adicional do *real* pode aumentar efetivamente o custo de emissão dos empréstimos e financiamentos da Companhia

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

fixadas em dólar americano. A Companhia pode administrar total ou parcialmente o risco cambial da dívida fixa em dólar americano por meio de contratos de derivativos em moedas estrangeiras. Entretanto, as condições do mercado podem não permitir que a Companhia celebre contratos de derivativos por custos razoáveis.

A menos que a Companhia celebre contratos derivativos, por custos razoáveis, para cobrir satisfatoriamente as flutuações de todas as moedas a que seus contratos estejam fixados ou indexados, qualquer flutuação na taxa de câmbio pode ter um efeito material adverso para a Companhia.

A volatilidade significativa de preços cambiais poderá resultar também em uma interrupção do mercado cambial de alguns países estrangeiros e pode limitar a habilidade da Companhia de transferir ou converter tais moedas em dólar americano para a realização de pagamentos tempestivos de juros e principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia. O governo de alguns países dos quais a Companhia exporta podem estabelecer políticas cambiais restritivas no futuro.

A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante à variação cambial, refere-se à flutuação do Dólar Norte-Americano em relação ao Real.

Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de venda do *real* foi de R\$4,8413. No ano de 2024 o *real* depreciou 28,0%, encerrando o ano em 31 de dezembro de 2024 em R\$6,1923 por dólar americano.

Os instrumentos financeiros denominados em moedas estrangeiras, exceto instrumentos derivativos, que estão expostos à riscos de oscilações das cotações das respectivas moedas estrangeiras, estão apresentados a seguir. O efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrentes de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do real em relação às moedas estrangeiras, considerando como cenário provável, é o seguinte:

	2024			Efeito possível no resultado			
Exposição	Moeda	Taxa de câmbio	R\$	Montante moeda estrangeira	Cenário possível -10%	Cenário Provável ⁽¹⁾	Cenário possível 10%
Caixa e equivalentes de caixa	USD	6,19	259.579	41.935	(25.161)	(7.968)	25.161
Caixa e equivalentes de caixa	EUR	6,44	12.664	1.966	(1.239)	(275)	1.239
Caixa e equivalentes de caixa	CNY	0,85	6.402	7.532	(611)	(295)	611
Contas a receber de clientes	USD	6,19	1.366.725	220.796	(132.478)	(41.951)	132.478
Fornecedores	USD	6,19	(11.675)	(1.886)	1.132	358	(1.132)
Fornecedores	EUR	6,44	(636)	(99)	62	14	(62)
Empréstimos e financiamentos	USD	6,19	(1.430.644)	(231.122)	138.673	43.913	(138.673)
Empréstimos e financiamentos	CNY	0,85	(94.712)	(111.426)	9.035	4.367	(9.035)
Exposição líquida			107.703		(10.587)	(1.837)	10.587

(¹). Os cenários prováveis foram calculados, considerando as seguintes cotações de para os riscos: USD – 6,00 / EUR – 6,30 / CNY – 0,81. Fonte: Focus, Bloomberg e BM&F.

Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia utiliza o hedge de fluxo de caixa, metodologia na qual a parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Hedge accounting" dentro do grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Quando um instrumento de hedge vence ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e será reconhecido no resultado quando a operação protegida for reconhecida na demonstração do resultado.

Conforme a Norma de Contabilidade CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros - a Companhia faz a contabilização do elemento com base em moeda estrangeira apenas de parte do instrumento designada, ou seja, são separados o elemento a termo e o elemento à vista do contrato a termo e designa como instrumento de hedge somente a alteração do valor do elemento à vista do contrato a termo e não o elemento a termo (IFRS9 6.2.4 Item b). A Companhia designa o componente da variação cambial dos swaps de moedas e juros para o hedge accounting de fluxo de caixa.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

		Controladora e Consolidado			
		Valor nominal		Valor justo	
Tipo do derivativo	Moeda	2024	2023	2024	2023
Hedge operacional:					
Non Deliverable Forward (US\$) (i)	US\$	-	500.000	-	(3.829)
Hedge de dívida - taxas de juros e câmbio					
Ativos:					
Swap Duplo Indexador (iv)	R\$	-	103.340	-	2.030
Hedge de dívida - taxas de juros:					
Ativos:					
Swap IPCA para Fixed (US\$) (iii)	R\$	500.000	500.000	595.163	627.662
Swap CDI para Fixed (US\$) (ii)	R\$	-	700.000	-	743.187
		500.000	1.200.000	595.163	1.370.849
Passivos:					
Swap IPCA para Fixed (US\$) (iii)	US\$	88.221	88.221	(537.160)	(432.536)
Swap CDI para Fixed (US\$) (ii)	US\$	-	124.643	-	(615.233)
		88.221	212.864	(537.160)	(1.047.769)
				58.003	321.281
Ativo circulante				16.190	149.695
Ativo não circulante				41.813	175.554
Passivo circulante				-	(3.968)
				58.003	321.281

A variação do valor justo dos derivativos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está relacionada com a valorização do real frente ao dólar americano.

A seguir são descritos cada um dos contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

- (i) *Non-Deliverable Forward* (“NDF”): Posições vendidas em contratos futuros de USD com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do real.
- (ii) *Swap CDI x Fixed (US\$)*: posições em swaps convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários (“DI”) por taxa prefixada em dólares dos Estados Unidos da América (“US\$”). O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Companhia.
- (iii) *Swap IPCA x Fixed (US\$)*: posições em swaps convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) por taxa pré-fixada em US\$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Companhia.
- (iv) *Swap Duplo Indexador CDI x Pré/USD*. Posições em swaps trocando a variação da taxa DI, acrescida de taxa pré-fixada, por índice de maior valor entre índice pré-fixado em reais ou índice pré-fixado em dólar, adicionado de juros. O objetivo é diminuir os efeitos das variações das taxas de juros DI.

O cronograma de vencimentos do valor justo:

	Consolidado	
	2024	2023
2024	-	145.727
2025	16.190	19.638
2026	23.099	85.478
2027	18.714	70.438
	58.003	321.281

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Contabilidade de hedge (*Hedge Accounting*)

As receitas futuras provenientes da operação de exportação expõem a Companhia ao risco de flutuação da paridade cambial entre o real (BRL) e o dólar norte americano (USD). A política de gestão de riscos financeiros e mercado, permite a estruturação de hedge accounting, com o objetivo de mensurar e reconhecer os resultados dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – instrumentos de hedge, no mesmo exercício contábil em que são reconhecidas as receitas de exportações - objeto de hedge, de forma a reduzir a volatilidade nos resultados da Companhia.

A Companhia designa o componente da variação cambial dos swaps de moedas e juros para o hedge accounting de fluxo de caixa.

Relação do hedge e natureza do risco protegido

A Companhia adota o hedge de fluxo de caixa, conforme definido no IFRS 9 e CPC 48, tendo como natureza do risco protegido a variação cambial das receitas previstas em dólar norte-americano, as quais se relacionam aos contratos de swap que trocam a variação das taxas DI e IPCA, em reais (BRL), por taxa prefixada em dólar norte-americano (USD), alinhando exposição natural dos recebíveis em dólar da Companhia

Identificação do instrumento de hedge

O instrumento de hedge, é o valor principal da dívida em reais convertidos em moedas estrangeiras pelos *swaps*, fixadas em dólar norte-americano, com as seguintes características:

Tipo	Swap
Data de início contrato	22/12/2021
Data de vencimento	13/09/2027
Montante designado em USD	88.221
Paridade média USD x BRL	5,6676
Data início do <i>hedge</i>	22/12/2021

Efetividade da relação de hedge

A Companhia avalia a efetividade da sua estratégia de hedge comparando as alterações do valor justo do instrumento de hedge com as alterações do valor justo do objeto protegido, em relação ao risco coberto. Caso a relação de hedge não se demonstre efetiva, dentro dos limites estabelecidos em relação à proteção desejada, a parcela inefetiva dos efeitos de variação cambial sobre os empréstimos e financiamentos é reclassificada para a demonstração do resultado sob a rubrica de “Resultado financeiro líquido”. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os testes de eficácia demonstraram que a estratégia de contabilidade de hedge implementado é efetiva.

	Efeito no Patrimônio Líquido (Hedge accounting)		
	2023	Movimento	2024
Tipo do derivativo			
<i>Swap</i> IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	73.815	(119.340)	(45.525)
<i>Swap</i> CDI para <i>Fixed</i> (US\$)	98.457	(98.457)	-
	172.272	(217.797)	(45.525)
IR/CS diferido	(58.572)	74.051	15.479
Atualização líquida do hedge do fluxo de caixa	113.700	(143.746)	(30.046)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nos termos da regulamentação em vigor, a Companhia esclarece que os critérios de relevância adotados para a seleção dos processos a seguir descritos foram os seguintes: (i) processos que individualmente ou em conjunto (na hipótese de similaridades de matérias) possuam prognóstico de perda considerado como provável e/ou possível e que envolvam valores superiores a R\$ 100 milhões; (ii) processos contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia; (iii) processos que a administração da Companhia entende que possam causar riscos de imagem inerentes a uma certa prática.

A Companhia é parte em diversas ações judiciais oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações, judiciais ou administrativas, de naturezas cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais, sendo que, em 31 de dezembro de 2024, o valor consolidado das provisões constituídas em face das contingências consideradas como de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia foi no montante total de R\$ 31,7 milhões. Destaca-se, abaixo, o processo de maior relevância dos quais a Companhia é parte:

Processo Administrativo nº 17459-720.014/2023-62	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Instância	2ª Instância Administrativa
Data de Instauração	28/06/2023
Partes no Processo	Polo ativo: Receita Federal do Brasil Polo passivo: Eldorado Brasil Celulose S.A.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 489.197 milhares de reais (31/12.2024)
Principais Fatos	Em 28 de junho de 2023, foi lavrado auto de infração pela Receita Federal do Brasil, sob a alegação de que a Companhia teria deixado de recolher Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, calculados sobre os lucros auferidos nos anos calendário de 2018 e 2019 por suas controladas na Áustria e na China, além de objeto relacionado a equivalência patrimonial e exclusões indevidas.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Dado provimento à Impugnação da Eldorado para cancelamento às exigências relacionadas ao ajuste de equivalência patrimonial realizado pela Empresa; (ii) Negado provimento à Impugnação da Eldorado em relação à tributação dos lucros da Eldorado Áustria e Eldorado China de 2018 e 2019.
Estágio do Processo	Recursal
Chance de Perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Não há provisão realizada referente ao processo do item 4.4.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Desde 2018, as acionistas da Eldorado estavam envolvidas em disputas judiciais e arbitrais que questionavam a validade do referido Contrato de Compra e Venda de Ações e da consequente transferência do controle da Eldorado da J&F para a CA Investment.

Em 15 de maio de 2025, foi realizada uma reestruturação societária pela qual a J&F adquiriu, da Paper Excellence B.V., o equivalente a 100% do capital social da Prime Victory Company S.A. ("Prime Victory") que, por sua vez, detém os demais 49,41% da participação acionária da Eldorado até então pertencentes à ex-sócia CA Investment ("Aquisição"). A Aquisição pôs fim, de forma plena e definitiva, a todos os litígios existentes entre a J&F e a CA Investment, no Brasil e no exterior. Em consequência, todos os processos judiciais e arbitrais relacionados às disputas então em curso estão encerrados ou em fase final de encerramento.

Diante disso, a J&F tornou-se acionista integral da Eldorado, detendo diretamente 51,59% das ações da Companhia e, indiretamente, 49,41% das ações da Companhia pertencentes à Prime Victory.

Vide item "Até 15 de maio de 2025, os acionistas da Companhia estiveram em uma disputa a respeito do controle majoritário das ações emitidas pela Companhia" previsto na Seção 4.1, Fatores de Risco, deste Formulário de Referência".

4.7 Outras contingências relevantes

A Companhia e suas controladas não possuem outras contingências relevantes.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

- (i) os riscos para os quais se busca proteção**
- (ii) os instrumentos utilizados para proteção**
- (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.

5.2 Descrição dos controles internos

- a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

- b) estruturas organizacionais envolvidas**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

- c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.

- d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

As deficiências significativas relacionadas aos controles e procedimentos internos apontadas em exercícios anteriores não foram observadas no exercício corrente.

- e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Não foram observadas deficiências significativas no exercício corrente.

5.3 Programa de integridade

a. Regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

i. Principais mecanismos e procedimentos de integridade

A Eldorado possui uma série de mecanismos e procedimentos de controles que buscam garantir o alinhamento da Companhia às melhores práticas de mercado, sobretudo no que concerne o desenvolvimento de uma cultura empresarial de ética, de integridade e de conformidade legal. Para garantir a contínua evolução de suas práticas negociais, a Companhia realiza uma avaliação periódica de todos esses mecanismos e procedimentos. A Eldorado, ainda, insere o compromisso de compliance na operação quando realiza periodicamente sua gestão de riscos com foco em riscos estratégicos, financeiros, operacionais e de compliance. A companhia atualiza periodicamente suas funções de gestão de riscos, com foco na visão geral de riscos da companhia. A gestão de riscos tem o objetivo de ampliar o entendimento do ambiente de riscos da Eldorado, considerando também os riscos que podem contar com o apoio da Auditoria Interna para verificação e aprimoramento dos processos operacionais, gerando mais confiança na liderança e consequentemente para seus *stakeholders*.

Além disso, os riscos identificados pela Companhia – pelas mais diferentes formas, como por sua controladoria ou por reclamações de colaboradores e terceiros – são imediatamente analisados, tratados e remediados pela Eldorado. Mais especificamente, a Companhia adota os mecanismos preventivos e repressivos descritos abaixo relacionados à garantia de sua integridade empresarial.

ii. Estruturas organizacionais envolvidas

Programa de Compliance

O Programa de Compliance da Companhia foi estruturado para prevenir, detectar e corrigir eventuais irregularidades que possam ocorrer no exercício da atividade empresarial, bem como para fomentar valores e cultura de ética, integridade, conformidade e transparência nos negócios da Eldorado.

O referido Programa conta ainda com diversas medidas e instrumentos voltado à prevenção e detecção de eventuais irregularidades, tais como: controles internos, treinamentos, campanhas de comunicação, políticas e procedimentos internos, comunicações periódicas, gestão de fornecedores, canais de reporte e denúncia, monitoramento interno, multiplicadores da ética, além de outras ações correlatas. Dentre as políticas internas, a Eldorado conta com diversas regras e instruções de conduta, tais como: Política Anticorrupção, Política de Compliance, Política de Conflito de Interesses, Política de Gestão de Consequências, Política de Defesa da Concorrência, Política de Doações e Patrocínios, Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades, dentre outras.

O compromisso com a cultura do “Faça Sempre o Certo” (slogan do Programa de Compliance) é também divulgado externamente por meio de compromissos públicos de integridade nos negócios. A Eldorado é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU, do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e do Movimento Empresarial pela Integridade e Transparência, ambas iniciativas do Instituto Ethos, além do Cadastro Agroíntegro, iniciativa do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, que visa reconhecer ações iniciais efetivas de empresas e cooperativas agropecuárias que demonstrem a

5.3 Programa de integridade

implementação de práticas de integridade, ética e transparência. A Eldorado também participa e é uma das fundadoras da Ação Coletiva Anticorrupção da Agroindústria, uma iniciativa do Pacto Global da ONU Brasil que visa mudar a cultura e reputação do setor, com a promoção de um ambiente de negócios ético e íntegro, por meio de práticas e regulamentações aprimoradas. Essas ações reforçaram o apoio da administração aos assuntos de compliance, além de passarem a mensagem clara da administração e dos acionistas de conformidade, integridade, honestidade e ética nos negócios. Além disso, foi concedido a Eldorado em 2024 o Selo Mais Integridade, uma premiação conferida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), como reconhecimento às empresas que incorporam responsabilidade social, foco em sustentabilidade ambiental e práticas éticas em suas atividades e políticas internas e externas. A premiação reforça as iniciativas da Eldorado para criação de um ambiente de negócios ético e transparente, o que beneficia a todos os envolvidos, sejam eles fornecedores, colaboradores, comunidades ao entorno de suas atividades, parceiros e toda a cadeia de valor do setor.

Linha Ética

A Linha Ética é um canal de comunicação que deve ser utilizado pelos colaboradores e por quaisquer terceiros para denunciar eventuais irregularidades e desvios de conduta nas atividades da Eldorado, podendo também ser usada para reclamações, sugestões, dúvidas e elogios.

A administração da Companhia incentiva que seus colaboradores utilizem os meios de comunicação da Linha Ética para apresentar denúncias de irregularidades, reclamações e/ou solicitar esclarecimentos sobre o conteúdo e aplicação do Programa de Compliance da Companhia.

Departamento de Compliance

O Departamento de Compliance da Companhia é responsável por implementar e aprimorar constantemente o Programa de Compliance, o que é feito a partir das políticas e procedimentos internos da Eldorado (como, por exemplo, o seu Código de Conduta e Ética, que será melhor descrito adiante), na legislação vigente e nas melhores práticas.

Comitê de Ética

O Comitê de Ética da Eldorado é o órgão colegiado responsável por, dentre outros, analisar as tratativas e recomendações elaboradas pelo Departamento de Compliance no que se refere aos incidentes registrados na Linha Ética. Entre suas atribuições, deve o Comitê também formular sugestões de aperfeiçoamento e recomendar à administração da Companhia que sejam tomadas eventuais medidas disciplinares e corretivas.

Áreas Funcionais

O monitoramento das regras de conformidade na Eldorado é desenvolvido e acompanhado por um Departamento de Compliance, com sete profissionais de dedicação exclusiva. A área conta com profissionais dedicados às ações de Compliance, Auditoria e Controles Internos e Segurança da Informação.

Além disso, a Companhia conta com uma estrutura de comitês que auxiliam na aplicação do Programa de Compliance e na fiscalização de seu cumprimento e outros canais de contato direto com as comunidades locais.

5.3 Programa de integridade

iii. Código de ética ou de conduta

- **Aplicabilidade aos diretores, conselheiros, fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Eldorado Brasil acredita que toda atividade profissional deve ser desenvolvida com base em princípios sólidos de ética, conformidade e transparência nos negócios. Por ser referência no mercado de celulose, a Eldorado Brasil planeja e divulga suas atividades nos mais altos padrões de integridade, em observância às leis e políticas internas.

Foi por isso que a Eldorado Brasil desenvolveu seu Código de Conduta e Ética, com base na cultura e nos valores da Companhia: atitude de dono, determinação, disciplina, disponibilidade, simplicidade, franqueza e humildade. O Código de Conduta e Ética estabelece as principais diretrizes de conduta esperadas dos colaboradores da Eldorado Brasil (inclusive diretores, conselheiros e executivos), bem como dos parceiros e fornecedores que vierem a manter relacionamento profissional com a Companhia. A Eldorado Brasil assume o compromisso de respeitar todas as leis aplicáveis às suas atividades econômicas, se comprometendo ainda a difundir sua conduta pautada na ética, integridade, transparência e honestidade.

O Código de Conduta e Ética, portanto, é a principal política sobre prevenção e combate à corrupção e à fraude nos negócios. Cumprimento à lei, prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, combate à corrupção e regras antitrustes e concorrenciais, oportunidades iguais de emprego e diversidade no local de trabalho, direitos humanos, privacidade do colaborador, combate ao assédio, segurança da informação, propriedade intelectual, uso de informações e sistemas, relacionamento com sindicatos, conflitos de interesses e vedação à contribuições políticas são temas tratados no Código e em políticas internas da Companhia. Além disso, o Código também dispõe sobre saúde, segurança e meio ambiente, sustentabilidade, relatórios financeiros e registros contábeis, fornecedores e prestadores de serviço, brindes e presentes, relacionamento com órgãos governamentais e reguladores, relacionamento com a imprensa, responsabilidades dos colaboradores, sanções e penalidades e Linha Ética. A Eldorado Brasil possui valores e crenças bem definidos e divulgados a todos os colaboradores e seus *stakeholders*.

- **Frequência com que os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados treinados relação ao código de ética ou de conduta e as demais normais relacionados ao tema**

Todos os recém-contratados recebem treinamento sobre o Código de Conduta e Ética e devem formalizar sua adesão ao documento. É mandatório para todos os colaboradores da Eldorado Brasil, inclusive aos membros da alta direção, firmar o termo de compromisso às obrigações do Código, que ficará arquivado no prontuário de cada colaborador.

Em 2024, a área de Compliance promoveu treinamento para os colaboradores onde foram reforçadas as premissas do Código de Conduta e Ética e das políticas internas de compliance, incluindo a promoção de um ambiente igualitário. Dentre os temas do ano, os colaboradores foram treinados em desenvolvimento da liderança em compliance, sobre as políticas de compliance e o Código de Conduta e Ética, violência contra as mulheres, assédio moral e assédio sexual no ambiente de trabalho, obrigação de não retaliação a colaboradores que reportarem desvios de conduta e correta utilização dos canais de denúncia da companhia, dentre outros temas. Foi desenvolvida capacitação por meio de *e-learning*, com linguagem lúdica e interativa,

5.3 Programa de integridade

disponível no portal Eldorado Educa, bem como capacitação se alternando entre presencial e por meio de encontros *online* (Microsoft Teams). De um modo geral, os treinamentos buscam como objetivo instruir os colaboradores da Eldorado Brasil sobre as condutas aceitáveis e não aceitáveis pela empresa, sobre o Código de Conduta e Ética e as políticas de compliance, além de reforçar os canais de comunicação para a denúncia de irregularidades. Os treinamentos de compliance da Eldorado Brasil são anuais, desenvolvidos com base nas condutas previstas no Código de Conduta e Ética da Companhia.

A Companhia possui, ainda, o processo de integração de novos colaboradores. Em 2024, todos os novos colaboradores foram integrados em Compliance, totalizando mais de 1000 novos colaboradores que passaram pelo processo de integração, que conta com instruções sobre o Código de Conduta e Ética da Eldorado, além de informações sobre as regras de compliance e a conduta que é esperada dos colaboradores da Eldorado. A Eldorado reforça constantemente a postura que espera de todos os seus colaboradores. A conduta de todos os colaboradores é monitorada por meio das ações de prevenção, detecção e correção do Programa de Compliance da Companhia.

- **Sanções aplicáveis na hipótese de violação do código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Em seu Código de Conduta e Ética, no item 1.6, a Eldorado Brasil define que a não observância dos princípios contidos no documento sujeitará à aplicação de medidas disciplinares e/ou penalidades previstas nas normas internas da Eldorado Brasil e na legislação aplicável ao caso, podendo resultar em cartas de advertência, suspensão, demissão ou rescisão contratual, no caso de parceiros de negócios.

Nos termos da Política de Gestão de Consequências, todo colaborador, sempre que tiver conhecimento, deve relatar quaisquer violações eventualmente cometidas por outros colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço ou parceiros de negócios da Eldorado Brasil, para seu superior imediato, para a área de compliance ou por meio da Linha Ética. Assim, eventuais desvios de conduta ou irregularidades podem ser identificadas por meio de auditorias internas, avaliação da gestão ou por meio de denúncias recebidas nos canais da Linha Ética.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta e Ética da Eldorado Brasil foi atualizado em 2020 e aprovado pelo Comitê de Ética e pela Diretoria da Companhia, em reunião realizada no dia 1º de outubro de 2020.

O Código de Conduta e Ética pode ser encontrado nos seguintes endereços eletrônicos:

www.eldoradobrasil.com.br
www.linhaetica.eldoradobrasil.com.br

b. Canal de denúncia

A Linha Ética Eldorado Brasil é a ferramenta pela qual podem ser comunicadas à Companhia eventuais infrações ao Código de Conduta e Ética da Eldorado, às políticas internas e à legislação vigente. Além de denúncias de irregularidades, a Linha Ética também pode ser acessada para reclamações, sugestões, dúvidas e elogios. Todos os chamados são direcionados e tratados internamente por uma equipe autônoma e imparcial, sempre com confidencialidade e sigilo profissional.

5.3 Programa de integridade

Todos podem acessar a Linha Ética. Não apenas colaboradores da Eldorado Brasil podem realizar um relato, mas também clientes, fornecedores, parceiros, comunidades envolvidas ou qualquer cidadão. A Eldorado Brasil encoraja seus *stakeholders* a utilizarem de boa-fé a Linha Ética Eldorado Brasil, para levar ao conhecimento da Companhia, desde que com responsabilidade e compromisso com a honestidade, informações úteis para identificar eventuais irregularidades. A Linha Ética Eldorado Brasil é uma ferramenta importante para o Programa de Compliance da Companhia, funcionando da seguinte forma:

- O relato é realizado por meio dos canais de comunicação (website, telefone, e-mail ou diretamente aos profissionais de compliance da Companhia). O relato pode ser anônimo ou identificado, a critério do denunciante.
- Uma empresa especializada e independente receberá o relato, realizará uma análise preliminar e enviará para as devidas tratativas dos profissionais de compliance da Eldorado Brasil.
- Após análise completa e imparcial dos fatos, o chamado é concluído e uma resposta é registrada ao denunciante.

Todos podem acessar a Linha Ética: não apenas colaboradores da Eldorado, mas também clientes, fornecedores, parceiros, comunidades envolvidas ou qualquer outro cidadão. A Companhia encoraja todos os seus *stakeholders* a utilizarem de boa-fé a Linha Ética para levar ao conhecimento da Companhia eventuais irregularidades de qualquer natureza, desde que sempre observada a responsabilidade e compromisso com o uso da ferramenta.

Todos os chamados são analisados e reportados internamente para que sejam tomadas providências cabíveis. A administração da Eldorado se compromete a dar todo o suporte necessário para assegurar a devida utilização dos canais de denúncia e a apuração dos chamados, com o objetivo de identificar e mitigar riscos do negócio.

A Eldorado possui órgãos internos com autonomia e autoridade necessárias para coordenar e avaliar as investigações sobre os fatos apresentados por meio da Linha Ética – seja para prevenir, detectar ou corrigir eventuais irregularidades, bem como para estimular seus colaboradores e *stakeholders* a conduzirem sua atuação com ética e integridade.

Seguem os canais para acesso à Linha Ética:

www.linhaetica.eldoradobrasil.com.br

linhaetica@eldoradobrasil.com.br

0800 527 5280

A administração da Eldorado tem o compromisso de manter os canais de comunicação e denúncias funcionando com sigilo, independência e confidencialidade, como forma de identificar e corrigir eventuais desvios de conduta e atos contrários à lei, inclusive eventuais atos de corrupção.

c. Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não ocorreu nenhum caso de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos 3 exercícios sociais.

5.3 Programa de integridade

d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Eldorado Brasil possui políticas internas e divulgadas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, incluindo política específica de anticorrupção e relacionamento com a administração pública.

5.4 Alterações significativas

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria “B”.

5.5 Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia entenda como relevantes nesta Seção além daquelas que já foram prestadas acima.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
J&F S.A.						
00.350.763/0001-62	Brasil	Sim	Sim	30/04/2018		
Não						
1.525.558.419	100,000	0	0,000	1.525.558.419	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.525.558.419	100,000	0	100,000	1.525.558.419	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
J&F S.A.				00.350.763/0001-62		
JJMB PARTICIPAÇÕES LTDA.						
07.704.144/0001-78	Brasil	Não	Sim	31/12/2013		
Não						
17.112.692	27,966	17.063.985	27,904	34.176.677	27,935	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PINHEIROS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA						
11.369.979/0001-96	Brasil	Não	Sim	31/12/2013		
Não						
17.144.672	28,019	17.144.671	28,036	34.289.343	28,027	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.						
07.704.137/0001-76	Brasil	Não	Sim	31/12/2013		
Não						
17.112.692	27,966	17.063.984	27,904	34.176.676	27,935	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
J&F S.A.				00.350.763/0001-62	
ZMF PARTICIPAÇÕES					
08.706.916/0001-73	Brasil	Não	Sim	31/12/2013	
Não					
9.820.199	16,049	9.879.659	16,156	19.699.858	16,102
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
61.190.255	100,000	61.152.299	100,000	122.342.554	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JJMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.144/0001-78		
JOESLEY MENDONÇA BATISTA						
376.842.211-91	Brasil	Não	Sim	31/12/2015		
Não						
669.835.858	99,999	0	0,000	669.835.858	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WESLEY MENDONÇA BATISTA						
364.873.921-20	Brasil	Não	Não	31/12/2017		
Não						
7.101	0,001	0	0,000	7.101	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JJMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.144/0001-78		
669.842.959	100,000	0	100,000	669.842.959	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PINHEIROS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA				11.369.979/0001-96		
COLORADO INVESTMENT HOLDING LLC						
11.441.489/0001-53	Ilhas Cayman	Não	Sim	31/12/2016		
Sim	GILBERTO DE SOUZA BIOJONE FILHO		Física	381.480.998-04		
1.524.028	85,667	0	0,000	1.524.028	85,667	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JJMB PARTICIPAÇÕES LTDA.						
07.704.144/0001-78	Brasil	Não	Sim	31/12/2013		
Não						
127.495	7,167	0	0,000	127.495	7,167	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.						
07.704.137/0001-76	Brasil	Não	Não	31/12/2013		
Não						
127.495	7,167	0	0,000	127.495	7,167	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PINHEIROS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA				11.369.979/0001-96		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.779.018	100,000	0	100,000	1.779.018	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.137/0001-76		
JOESLEY MENDONÇA BATISTA						
376.842.211-91	Brasil	Não	Não	31/12/2015		
Não						
7.101	0,001	0	0,000	7.101	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WESLEY MENDONÇA BATISTA						
364.873.921-20	Brasil	Não	Sim	31/12/2017		
Não						
669.835.858	99,999	0	0,000	669.835.858	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.137/0001-76	
669.842.959	100,000	0	100,000	669.842.959	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZMF PARTICIPAÇÕES				08.706.916/0001-73		
JOESLEY MENDONÇA BATISTA						
376.842.211-91	Brasil	Não	Sim	31/12/2015		
Não						
327.791.686	50,000	0	0,000	327.791.686	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WESLEY MENDONÇA BATISTA						
364.873.921-20	Brasil	Não	Não	31/12/2016		
Não						
327.791.686	50,000	0	0,000	327.791.686	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZMF PARTICIPAÇÕES				08.706.916/0001-73		
655.583.372	100,000	0	100,000	655.583.372	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COLORADO INVESTMENT HOLDING LLC				11.441.489/0001-53		
Colorado Company Ltd						
Ilhas Cayman		Não	Não	31/12/2016		
Não						
200	100,000	0	0,000	200	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
200	100,000	0	100,000	200	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JJMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.144/0001-78		
JOESLEY MENDONÇA BATISTA						
376.842.211-91	Brasil	Não	Sim	31/12/2015		
Não						
669.835.858	99,999	0	0,000	669.835.858	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WESLEY MENDONÇA BATISTA						
364.873.921-20	Brasil	Não	Não	31/12/2017		
Não						
7.101	0,001	0	0,000	7.101	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JJMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.144/0001-78		
669.842.959	100,000	0	100,000	669.842.959	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.137/0001-76		
JOESLEY MENDONÇA BATISTA						
376.842.211-91	Brasil	Não	Não	31/12/2015		
Não						
7.101	0,001	0	0,000	7.101	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WESLEY MENDONÇA BATISTA						
364.873.921-20	Brasil	Não	Sim	31/12/2017		
Não						
669.835.858	99,999	0	0,000	669.835.858	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.137/0001-76		
669.842.959	100,000	0	100,000	669.842.959	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Colorado Company Ltd						
JOESLEY MENDONÇA BATISTA						
376.842.211-91	Brasil	Não	Não	31/10/2016		
Não						
3.000	50,000	0	0,000	3.000	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WESLEY MENDONÇA BATISTA						
364.873.921-20	Brasil	Não	Não	31/10/2016		
Não						
3.000	50,000	0	0,000	3.000	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Colorado Company Ltd						
6.000	100,000	0	100,000	6.000	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2025
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

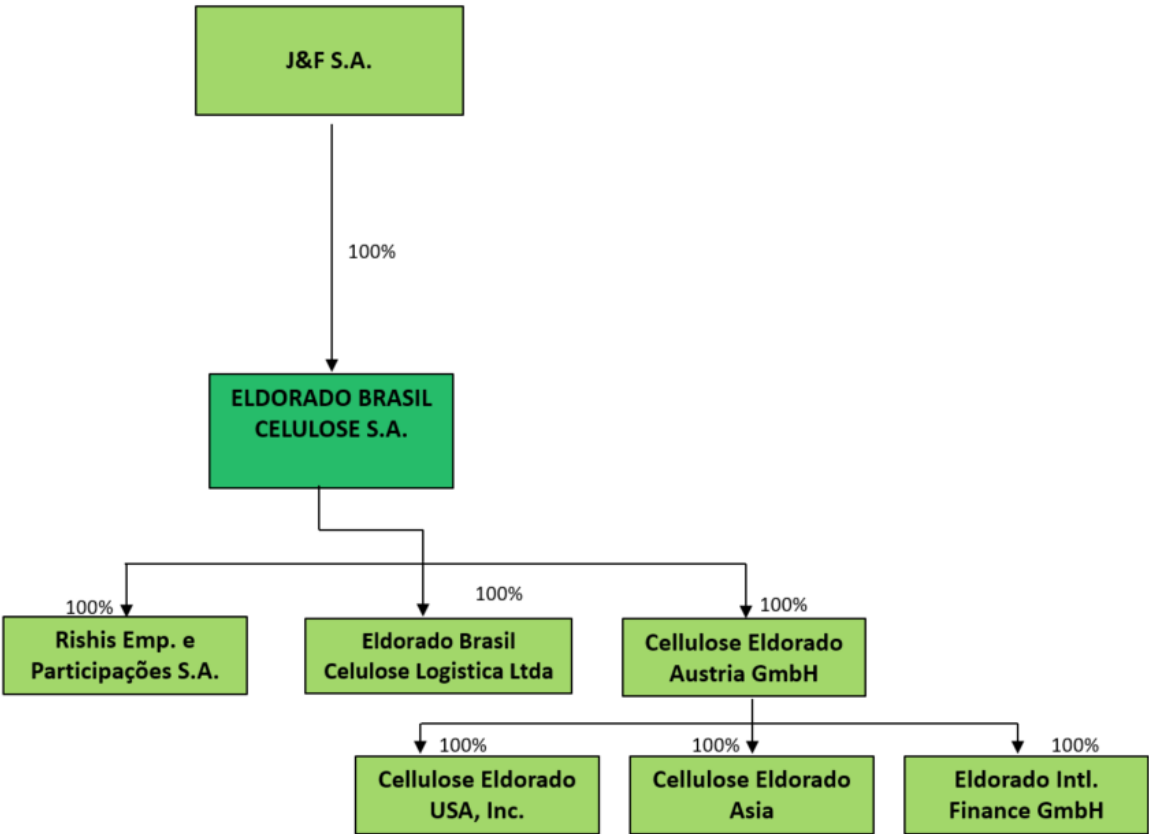
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	1.525.558.419	100,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	1.525.558.419	100,000%

6.4 Participação em sociedades

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



(e) principais sociedades sob controle comum



6.6 Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia entenda como relevantes nesta Seção além daquelas que já foram prestadas acima.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

(b) mecanismos de avaliação de desempenho

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

(e) objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não aplicável, a Companhia não possui metas corporativas públicas relacionadas à diversidade.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Na presente data, os órgãos da administração não possuem papel definido no que se refere à avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	4	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	4	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	2	0	0	0
TOTAL = 19	0	19	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	4	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	4	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	2	0	0	0	0	0
TOTAL = 19	0	19	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	5	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	4	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	4	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	2	0
TOTAL = 19	0	19	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

(b) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

(c) canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome ADRIAN LIMA DA HORA CPF: 372.365.394-49 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis são: Administrador de empresas Data de Nascimento: 02/02/1964

Experiência Profissional: Possui MBA intensivo na Ahold Retail Academy, Cornell (Estados Unidos) e na Provar - USP (Brasil). Forte vivência na indústria de proteína animal (JBS, Rodopa e Seara), com background relevante no varejo (Bompreço) e em auditoria externa (Ernst & Young). Atuou como CFO, CAO e controller em grandes organizações multilocalizadas, sendo os últimos trabalhos de 2011 a 2015 como CAO da Rodopa Indústria e Comércio de Alimentos Ltda e de 2015 a 2016, como CFO da Seara Alimentos Ltda. Atuou como membro do Conselho de Administração da Inalca JBS e outras empresas na Itália e em Mônaco. Membro do Conselho Consultivo da Nutrimental S.A. Indústria e Comércio de Alimentos. Conhecimento do mercado de emissão de dívidas e de processos junto ao CADE. O Sr. Adrian Lima da Hora não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	AGO 2026	Pres. C.F.Eleito p/Controlador		29/04/2025	Sim	27/04/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Adrian Lima da Hora não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Nome ADRION LINO PIRES

CPF: 532.596.451-87

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Contador

Data de Nascimento: 21/05/1971

Experiência Profissional:

Graduado em Ciências Contábeis pela UNIFAJ-União das Faculdades de Jussara. Exerceu cargos de Coordenador de Contabilidade na JBS S.A. (2003-2010) e Gerente Administrativo na empresa J&F Investimentos S.A. (2011-2013), controladora do Grupo JBS. Desde 2013 é Diretor Administrativo da JBJ Agropecuária Ltda., empresa de grande porte do ramo de agronegócios, com sede em Goiânia/GO. O Sr. Adrion Lino Pires não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	AGO 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		29/04/2025	Sim	28/04/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Adrion Lino Pires não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Nome AGUINALDO GOMES RAMOS FILHO

CPF: 394.840.458-55

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Empresário

Data de Nascimento: 17/04/1993

Experiência Profissional: Acumula experiência no Brasil e na América Latina, atuando em diversas funções de responsabilidade. Iniciou sua carreira como integrante da equipe comercial da JBS, passando pelas áreas de mercado interno e exportação. Presidiu as operações da JBS Uruguai e, posteriormente, ocupou o cargo de Presidente da JBS Paraguai, onde foi responsável pela consolidação da JBS como principal player no país e liderou o projeto de construção do mais moderno frigorífico da América Latina. Foi diretor executivo da VL Participações, que atua no segmento de agronegócio. Foi Diretor Presidente da Companhia por mais de 3 anos e atualmente é o Diretor Presidente da J&F Investimentos S.A. O Sr. Aguinaldo Gomes Ramos Filho não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	AGO 2026	Presidente do Conselho de Administração		29/04/2025	Sim	25/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Aguinaldo Gomes Ramos Filho não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Nome

CARLOS ROBERTO PAIVA MONTEIRO

CPF:

165.349.210-49

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro Mecânico

Data de Nascimento:

21/04/1950

Experiência Profissional:

Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com MBA em Gestão Empresarial pela Business School/SP. Atuou em diversas indústrias, como Gerente de Engenharia nas Indústrias Papel Simão S.A., como Chefe de Divisão Engenharia e Implantação na Aracruz Celulose S.A. e, finalmente, como Diretor de Engenharia na Votorantim Celulose e Papel S.A. Atualmente exerce o cargo de Diretor Técnico Industrial da Companhia. O Sr. Carlos Roberto Paiva Monteiro não possui, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	05/05/2025	1 ano	Outros Diretores	Diretor Técnico Industrial	05/05/2025		21/10/2010

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Sr. Carlos Roberto Paiva Monteiro não possui, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial

Nome

CARMINE DE SIERVI NETO

CPF:

515.484.295-20

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogado

Data de Nascimento:

04/09/1971

Experiência Profissional:

É graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia, com mestrado em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Carmine possui experiência de 14 anos em empresa multinacional de grande porte, com atuação direta na formação de equipes jurídicas, voltadas a gestão departamental e de contratos, bem como em legal strategy; na geração e desenvolvimento de negócios de infraestrutura e de incorporação imobiliária. Durante 8 anos foi CEO da OAS Empreendimentos S.A.Há 3 anos é o Diretor Jurídico da Companhia e recentemente eleito como o Diretor Presidente da Companhia. O Sr. Carmine De Siervi Neto não possui, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	05/05/2025	1 ano	Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores		05/05/2025		13/05/2021
Conselho de Administração	29/04/2025	AGO 2026	Conselho de Administração (Suplente)		29/04/2025	Sim	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Carmine De Siervi Neto não possui, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional.

Nome

DEMETRIUS NICHELE
MACEI

CPF:

787.870.509-78

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogado

Data de Nascimento:

26/12/1970

Experiência Profissional:

Pós-doutorando em Direito Tributário pela USP. Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Mestre em Direito Econômico e Social (2004) e Especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR) (2000), Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1994). Professor do Corpo Permanente Mestrado em Direito Tributário na Faculdade de Direito Curitiba (UNICURITIBA). Professor Convidado no Curso de Posgrado en Derecho Tributario na Universidad Austral de Buenos Aires/Argentina e Professor licenciado da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (2006- 2007). Ocupou os cargos de diretor jurídico da JBS Argentina S/A (2008-2009), Gerente Jurídico Tributário na JBS S/A (2005-2010) e na Deloitte Auditores Independentes (1999-2003) e ainda, assessor jurídico na OCEPAR e no Conselho Fiscal da UNIMED Curitiba. Realizou Curso de Extensão em Direito Norte-Americano pela Fordham University, em Nova York/EUA (2010). Publicou o livro "Tributação do Ato Cooperativo" (Juruá, 2004 e 2014) e "Verdade Material no Direito Tributário" (Malheiros, 2013). Atualmente participa do conselho Temático de Assuntos Tributários da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) e é sócio titular de escritório de advocacia empresarial e é associado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, desde 2011. O Sr. Demetrius Nichele Macei não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	AGO 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/04/2025	Sim	27/04/2012

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Demetrius Nichele Macei não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Nome

EMERSON FERNANDES LOUREIRO

CPF:

132.188.548-22

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Administrador de empresas

Data de Nascimento:

03/07/1972

Experiência Profissional:

Graduado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Atuou como Head FX no BankBoston (2003- 2008) e FX Trader no Grupo JBS (2003-2008). Exerceu o cargo de diretor do Banco Original S.A. (2008-2013) e atualmente atua como FX Trader. O Sr. Emerson Fernandes Loureiro não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	AGO 2026	Conselho de Administração (Suplente)		29/04/2025	Sim	27/04/2012

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Emerson Fernandes Loureiro não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Nome ERICO DE ARRUDA
HOLANDA

CPF: 864.142.594-20

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Contador

Data de Nascimento: 01/05/1973

Experiência Profissional:

Formado em ciências contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco, com especialização em finanças (MBA), mais de 25 anos de experiência profissional nas áreas de controladoria, contabilidade, tributos, auditoria, administrativa, financeira, suprimentos e Recursos Humanos, desenvolvida em grandes empresas nacionais com administração familiar e multinacionais, atuando em diversos setores, tais como consultorias, varejo, telecomunicações, mercado financeiro e indústria de bens de consumo. Atualmente exerce a função de Diretor Administrativo/Financeiro da Flora Cosméticos e Limpeza, desde 2012. Anteriormente, na mesma função, foi expatriado para a JBS Swift Argentina durante o período de 2009 a 2012, , nessas duas últimas passagem acumulando a cargo de Diretor de Operações. Antes disso, exerceu função gerencial na JBS S/A, Banco Rural, BCP Telecomunicações, Bompreco/Walmart Supermercados e Ernest Young Auditores. O Sr. Erico de Arruda Holanda não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	AGO 2026	Conselho de Administração (Suplente)		29/04/2025	Sim	25/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Erico de Arruda Holanda não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Nome FRANCISCO DE ASSIS E SILVA

CPF: 545.102.019-15

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Advogado

Data de Nascimento: 25/03/1965

Experiência Profissional:

Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR), cursou Pós Graduação Lato Sensu em Direito Ambiental, na PUC-PR; Pós Graduação Lato Sensu em Direito Empresarial pela Universidade Mackenzie-SP; e Pós Graduação Strictu Sensu (mestrado), na Universidades Mackenzie de São Paulo e Universidade Federal do Paraná, nas áreas de Direito do Estado, com dissertação em Sistema Constitucional Tributário, com todos os créditos para o Doutorado; Cursou MBE na USP-SP em Economia do Trabalho. É membro do Instituto dos Advogados de São Paulo, IASP e do Instituto Brasileiro de Direito Tributário, IBDT-USP. Foi advogado do Grupo Trombini por 5 anos. Foi Diretor Administrativo e Jurídico da Transportadora Itapemirim S.A., empresa do ramo de transportes. Exerce sua atividade no Grupo JBS desde dezembro de 2001. O Sr. Francisco de Assis e Silva não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2025	Sim	27/04/2012

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Francisco de Assis e Silva não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Nome

GERMANO AGUIAR VIEIRA

CPF:

167.032.516-49

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro Florestal

Data de Nascimento:

27/07/1954

Experiência Profissional:

Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho pela PUC/ICMG - Instituto Católico de Minas Gerais e MBA Executivo pela Fundação Getúlio Vargas. Possui mais de 30 anos de experiência como gestor de grandes projetos na área florestal em empresas como CAF Santa Bárbara Ltda, Celulose Nipo-brasileira S.A.-CENIBRA e MASISA do Brasil, desenvolvendo diversos projetos nas áreas de planejamento florestais, aquisição de terras para florestamento, análise de compra e venda de ativos florestais, qualidade de processo e produtos de floresta plantada, logística de abastecimento de fábrica de painéis e celulose, controle ambiental e certificações nos sistemas ISO 14000, ISO 9001, OSHAS 18000, CERFLOR e FSC. Gestão de entidades institucionais de pesquisa florestal e associações representativas de empresas florestais em MG, SP, PR e RS. Atualmente ocupa cargo de Diretor Florestal da Companhia. O Sr. Germano Aguiar Vieira não possui, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	05/05/2025	1 ano	Outros Diretores	Diretor Florestal	05/05/2025		16/12/2011

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Germano Aguiar Vieira não possui, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Nome

JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

CPF:

386.730.294-49

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Contador

Data de Nascimento:

14/04/1963

Experiência Profissional:

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco e Pós Graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Experiência de 17 anos como auditor independente e mais de 10 anos como diretor nas áreas de administração e finanças, onde atuou como Diretor de Administração e Controle da JBS S.A. (2009-2011) e da J&F Investimentos S.A. (2012 - 2014), holding do Grupo JBS. Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da JBS S.A., Vigor Alimentos S.A. e Alpargatas S.A. A JBS S.A. e Vigor Alimentos S.A. são controladas indiretamente pela J&F Investimentos S.A.; e a Alpargatas S.A. é controlada diretamente pela J&F Investimentos S.A. O Sr. José Paulo da Silva Filho não possui, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	AGO 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/04/2025	Sim	27/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. José Paulo da Silva Filho não possui, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Nome LUCIO BATISTA MARTINS CPF: 291.132.198-71 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis Advogado são: Data de Nascimento: 14/08/1982

Experiência Profissional: Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 15 anos de experiência profissional em departamento jurídico de empresas multinacionais, desenvolvido nas áreas de contencioso, contratos, societário e Compliance, em empresas como Kraft Foods (atual Mondelez International) e JBS S.A. Integrante da 102ª Curso para Conselheiro de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa IBGC e da 3ª Turma de Compliance Anticorrupção na Legal, Ethics and Compliance LEC com Compliance CPC-A na Fundação Getúlio Vargas de 2020. Membro titular do Conselho de Administração da Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A. (2020/2021 e 2021/2022) e membro suplente da Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (2020/2021 e 2021/2022). Sr. Lucio Batista Martins não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	AGO 2026	Conselho de Administração (Suplente)		29/04/2025	Sim	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Sr. Lucio Batista Martins não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Nome MARCIO ANTONIO TEIXEIRA **CPF:** 576.793.478-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 20/09/1947 LINARES

Experiência Profissional: Graduado em engenharia mecânica na Escola de Engenharia Mauá no final de 1971. Especializado em Administração de Empresas pela FGV. Foi chefe da Divisão de Análise de crédito no Invergraduado em engenharia banco-Banco União Comercial, nos anos de 1972 a 1974. Em 1974, foi responsável pela área de crédito do banco adquirido BUC, no Banco Itaú. Foi diretor de Operações, Recursos Humanos, Produtos e Comercial (1976-1984), no Banco Noroeste Chemical de Investimentos e no Banco Noroeste S/A (atual Santander) (1984-1996). Assumiu o cargo de vice-presidente de Varejo, Private Banking, Produtos, Marketing e Crédito no Banco BankBoston, entre os anos de 1996 e 2006. Foi Diretor Executivo área Empresas no Banco Itaú Unibanco (2006-2009) e foi CEO do Banco Original de 2016 a 2018. Como membro do Conselho de Administração e Diretoria de Empresas, teve as seguintes experiências: (i) Membro do Conselho Administrativo J&F Investimentos (desde Dez/2018); (ii) Presidente do Conselho de Administração do Banco Original (desde Jan/2019); e (iii) Membro do Comitê de Auditoria do Banco Original (2014-2016). O Sr. Marcio Antonio Teixeira Linares não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2025	Sim	25/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Marcio Antonio Teixeira Linares não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Nome ORLANDO OCTAVIO DE FREITAS JUNIOR

CPF: 084.911.368-78

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Auditor Contábil/Financeiro

Data de Nascimento: 16/09/1962

Experiência Profissional: Bacharel em ciências contábeis pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, registrado no CRC-SP e IBRACON-Instituto dos auditores independentes do Brasil; 35 anos de experiência como profissional de auditoria em empresas de auditoria externa, Peat Marwick Mitchel, Trevisan Auditores e KPMG, sendo 23 anos como sócio e responsável técnico pelos trabalhos de auditoria. Membro do comitê executivo da Trevisan e KPMG por 15 anos. O Sr. Orlando Octavio de Freitas Junior não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	AGO 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/04/2025	Sim	25/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Orlando Octavio de Freitas Junior não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Nome RODRIGO LIBABER **CPF:** 021.810.727-79 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 01/02/1975

Experiência Profissional: É graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, cursou MBA Corporativo na IAG PUC do Rio de Janeiro, MBA executivo pela Fundação Getúlio Vargas-FGV. Rodrigo foi Diretor de Operações Comercial na Suzano Papel e Celulose na Europa, responsável pela definição e execução da estratégia da empresa, bem como responsável pela operação logística na Europa, África e Oriente Médio. Rodrigo tem grande competência e experiência no mercado global de celulose, além de passagens executivas na Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, Shell Brasil e Banco da Bahia de Investimentos-BBM. O Sr. Rodrigo Libaber não possui, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	05/05/2025	1 ano	Outros Diretores	Diretor Comercial e Logístico	05/05/2025		26/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Rodrigo Libaber não possui, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Nome SANDRO DOMINGUES RAFFAI **CPF:** 064.677.908-71 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 02/01/1965

Experiência Profissional: Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Oswaldo Cruz e Técnico em Administração de Empresas, com pós graduação em Gestão Tributária pela Escola de Comércio Álvares Penteado-FECAP. Atualmente exerce a função de assistente contábil no escritório de contabilidade F.F. Ltda. O Sr. Sandro Domingues Raffai não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	AGO 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		29/04/2025	Sim	27/04/2012

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Sandro Domingues Raffai não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Nome

SERGIO LONGO

CPF:

856.775.668-53

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Empresário

Data de Nascimento:

10/05/1955

Experiência Profissional:

Empresário, com mais de 30 anos de experiência profissional no mercado financeiro, notadamente junto ao Banco Sudameris Brasil, Grupo Franco Italiano, mudou seu foco de atuação em 2003 passando a trabalhar como CFO junto ao Grupo Friboi (hoje JBS) onde participou ativamente do projeto de crescimento da empresa, com emissões de dívidas internacionais (Bonds) e a sua abertura de capital. Em 2006 fundou a Selo Consultoria, empresa voltada para a estruturação e reestruturação de empresas, fusões e aquisições e assessoria em recuperações judiciais, na qual exerce a função de CEO. O Sr. Sergio Longo não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2025	Sim	27/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Sergio Longo não sofreu nos últimos 5 (cinco) anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

7.7 Acordos/seguros de administradores

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

7.8 Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia entenda como relevantes nesta Seção além daquelas já prestadas acima.

8.1 Política ou prática de remuneração

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	5	5	17,00
Nº de membros remunerados	7	5	5	17,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.577.000,00	10.231.000,00	1.813.000,00	15.621.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	665.400,00	0,00	665.400,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	715.000,00	3.765.400,00	363.000,00	4.843.400,00
Descrição de outras remunerações fixas	NA	NA	NA	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	17.251.400,00	0,00	17.251.400,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		NA	NA	
Pós-emprego	0,00	583.400,00	0,00	583.400,00
Cessação do cargo	0,00	2.100.000,00	0,00	2.100.000,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		NA	NA	
Total da remuneração	4.292.000,00	34.596.600,00	2.176.000,00	41.064.600,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	5	5	17,00
Nº de membros remunerados	7	5	5	17,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.403.000,00	9.734.400,00	1.725.000,00	14.862.400,00
Benefícios direto e indireto	0,00	606.000,00	0,00	606.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	681.000,00	3.349.400,00	361.000,00	4.391.400,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.903.000,00	0,00	8.903.000,00
Participação de resultados	0,00	16.217.420,00	0,00	16.217.420,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	545.400,00	0,00	545.400,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.084.000,00	39.355.620,00	2.086.000,00	45.525.620,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	5	5	17,00
Nº de membros remunerados	7	5	5	17,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.258.000,00	9.169.000,00	1.651.000,00	14.078.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	459.000,00	0,00	459.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	652.000,00	2.801.000,00	345.000,00	3.798.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.689.000,00	0,00	8.689.000,00
Participação de resultados	0,00	15.313.000,00	0,00	15.313.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	523.000,00	0,00	523.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.910.000,00	36.954.000,00	1.996.000,00	42.860.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	5	5	17,00
Nº de membros remunerados	7	5	5	17,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.151.000,00	8.699.000,00	1.597.000,00	13.447.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	402.000,00	0,00	402.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	630.000,00	2.856.000,00	319.000,00	3.805.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.404.000,00	0,00	6.404.000,00
Participação de resultados	0,00	14.512.000,00	0,00	14.512.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	466.000,00	0,00	466.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.781.000,00	33.339.000,00	1.916.000,00	39.036.000,00

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.6 Outorga de opções de compra de ações

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.7 Opções em aberto

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.8 Opções exercidas e ações entregues

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.10 Outorga de ações

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.12 Precificação das ações/opções

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.13 Participações detidas por órgão

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.14 Planos de previdência

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Órgão	Previsto 2025
Conselho de Administração	28,6%
Diretoria Estatutária	0,0%
Conselho Fiscal	0,0%

Órgão	Realizado 2024
Conselho de Administração	28,6%
Diretoria Estatutária	0,0%
Conselho Fiscal	0,0%

Órgão	Realizado 2023
Conselho de Administração	28,6%
Diretoria Estatutária	0,0%
Conselho Fiscal	0,0%

Órgão	Realizado 2022
Conselho de Administração	28,6%
Diretoria Estatutária	0,0%
Conselho Fiscal	0,0%

8.18 Remuneração - Outras funções

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Exercício Social em 31/12/2024 - Remuneração recebida em função do cargo na Companhia				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas da Companhia	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

Exercício Social em 31/12/2023 - Remuneração recebida em função do cargo na Companhia				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas da Companhia	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

Exercício Social em 31/12/2022 - Remuneração recebida em função do cargo na Companhia				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas da Companhia	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui as informações referente ao item 8.19 nos últimos 3 exercícios.

8.20 Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia entenda como relevantes nesta Seção além daquelas que já foram prestadas acima.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010324		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	Juridica	54.276.936/0001-79	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
08/10/2024	08/10/2024		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2025, bem como a revisão das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR para os trimestres a findarem em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Não se aplica			
Justificativa da substituição			
Não houve substituição no último ano, nos termos do art.31 da IN 308 da CVM.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não houve substituição no último ano, nos termos do art.31 da IN 308 da CVM.			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Administração da Companhia possui atribuição para, entre outras, analisar e aprovar previamente todos os serviços propostos pelos auditores independentes, avaliando qualidade e adequação da independência e conflitos de interesses do auditor independente.

9.4 Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia entenda como relevantes nesta Seção além daquelas que já foram prestadas acima.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Existe um esclarecimento para o quadro ter sido preenchido todo com 'zero', inclusive a opção 'prefere não responder':

Outro motivo: De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria “B”.

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança					
Não-liderança					
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança							
Não-liderança							
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança			
Não-liderança			
TOTAL = 0	0	0	0

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança			
Não-liderança			
TOTAL	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança						
Não-liderança						
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte					
Nordeste					
Centro-Oeste					
Sudeste					
Sul					

Exterior						
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte							
Nordeste							
Centro-Oeste							
Sudeste							
Sul							
Exterior							
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte			
Nordeste			
Centro-Oeste			
Sudeste			
Sul			
Exterior			
TOTAL = 0	0	0	0

10.1 Descrição dos recursos humanos

- a) número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abranjam:**

i. identidade autodeclarada de gênero

ii. identidade autodeclarada de cor ou raça

iii. faixa etária

iv. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

- b) número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

c) índice de rotatividade

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

10.2 Alterações relevantes

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- a. política de salários e remuneração variável
- b. política de benefícios
- c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:
 - i. grupos de beneficiários
 - ii. condições para exercício
 - iii. preços de exercício
 - iv. prazos de exercício
 - v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

- d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

10.5 Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia entenda como relevantes nesta Seção.

11.1 Regras, políticas e práticas

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
JBS S/A	31/12/2024	2.659.590,10	264.186,63	Não mensurável	Indeterminado.	0,000000
Relação com o emissor	Coligadas					
Objeto contrato	Compra de produtos acabados e prestação de serviços de frete					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Inadimplemento					
Natureza e razão para a operação	Compra de produtos acabados e prestação de serviços de frete.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Seara Alimentos Ltda.	10/12/2024	248.635,58	957.044,82	Não mensurável	Indeterminado.	0,000000
Relação com o emissor	Coligadas					
Objeto contrato	Compra de produtos acabados.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Inadimplemento					
Natureza e razão para a operação	Compra de produtos acabados.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

(n) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Nos termos do artigo 15, XIII, do Estatuto Social da Companhia, todas as operações envolvendo celebração, alteração ou extinção de qualquer contrato com quaisquer Partes Relacionadas devem ser submetidas à aprovação do Conselho de Administração. Como “Parte Relacionada” entende-se toda e qualquer pessoa, natural ou jurídica, bem como quaisquer entes desprovidos de personalidade jurídica, organizados de acordo com a legislação brasileira ou estrangeira, tais como *trusts*, fundos de investimentos, *joint ventures*, consórcios, condomínios e/ou sociedades em conta de participações, que estejam relacionados com a Eldorado por meio de: (i) seu controlador, suas controladas ou sociedades sob controle comum; (ii) suas coligadas; (iii) seus empregados e os membros de sua administração de seu controlador; e/ou (iv) os membros de sua família até o terceiro grau ou de qualquer pessoa referida nos itens (i) e (iii).

Além disso, nos termos do artigo 15, XIII, do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deverá aprovar qualquer contratação ou promoção de empregados considerados “Familiars”, que tenham atingido a idade igual ou superior a 27 (vinte e sete) anos, para cargo equivalente ou superior ao nível de gerência na Companhia ou sociedades controladas. Como “Familiars” considera-se quaisquer filhos e parentes colaterais até o 4º grau dos acionistas da Companhia.

Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer Assembleia Geral de Acionistas e/ou Reunião do Conselho de Administração, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

(o) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia busca assegurar que todas as operações realizadas com partes relacionadas apresentem termos e condições de mercado, em termos que ela poderia obter em negociações com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições.

Os contratos com partes relacionadas celebrados pela Companhia consideraram as práticas usuais de mercado, definindo prazos para pagamento das obrigações pecuniárias neles estabelecidas, bem como taxas de juros de mercado, e obrigações não pecuniárias, visando a evitar que qualquer unidade operacional seja prejudicada em detrimento de outra.

As notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia, a qual inclui uma nota sobre transações com partes relacionadas, contendo as divulgações previstas nas normas contábeis aplicáveis, estabelecidas pelo CPC 05 (R1)/IAS 24 - Divulgação sobre partes relacionadas, que determina que as demonstrações financeiras contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que a posição financeira e o resultado da Companhia possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

11.3 Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia entenda como relevantes nesta Seção além daquelas que já foram prestadas acima.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
20/08/2012			1.788.791.903,18
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.525.558.419		0	1.525.558.419

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
20/08/2012			1.788.791.903,18
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.525.558.419		0	1.525.558.419

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
20/08/2012			1.788.791.903,18
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.525.558.419		0	1.525.558.419

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não se trata de um emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5º Emissão de Debêntures
Data de emissão	21/10/2025
Data de vencimento	15/10/2035
Quantidade	1.500.000
Valor nominal global R\$	1.500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.500.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	"Desde que: (i) o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total seja superior a 4 (quatro) anos ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis; e (ii) a Emissora esteja adimplente com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor a ser pago será o equivalente ao maior valor entre Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo (exclusive); (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures.ou (B) Valor presente de cada parcela remanescente de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e dos Juros Remuneratórios das Debêntures calculados pro rata temporis desde a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo esta soma trazida a valor presente até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com duration mais próxima à duration remanescente das Debêntures, conforme o caso, na Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado conforme fórmula abaixo; (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures."
Características dos valores mobiliários de dívida	A Debênture se refere à dívida quirografária destinada integralmente para utilização no projeto de um ramal ferroviário para ligar sua fábrica em Três Lagoas (MS) à malha ferroviária existente em Aparecida do Taboado (MS), com o objetivo de escoar a produção para o Porto de Santos.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	"Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), que poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação presentes em Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira ou segunda convocação. As alterações relativas às características das Debêntures, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, tanto em primeira quanto em segunda convocação: (a) das disposições desta Cláusula 9.6.1 (iv) da escritura; de qualquer dos quóruns previstos, quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão, incluindo a alteração da Data de Vencimento; (d) da espécie das Debêntures para uma espécie com menor prioridade de seus créditos em caso de falência da Emissora; (e) da criação de evento de repactuação; (f) das disposições relativas à Cláusula 6.18 (Aquisição Facultativa) acima, (g) da redução dos Juros Remuneratórios; (h) das datas de pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo; (i) alterações nas características ou exclusão dos Eventos de Inadimplemento."
Outras características relevantes	"Vencimento antecipado: As condições de vencimento antecipado encontram-se descritas nas Cláusulas 6.27.1 e 6.27.2 da Escritura de Emissão de Debêntures. Juros: A operação está indexada ao IPCA + 7,60% a.a , com base em um ano de 252 Dias Úteis e amortizações em três parcelas com vencimento em 2033, 2034 e 2035."

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	6º Emissão de Debêntures
Data de emissão	23/12/2025
Data de vencimento	15/12/2040
Quantidade	1.000.000
Valor nominal global R\$	1.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.000.000.000,00
Restrição a circulação	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	Restrição à Negociação: Durante o período de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão ("Período de Restrição") será vedada a negociação no mercado secundário, por qualquer Debenturista, das Debêntures por ele subscritas no âmbito da Oferta. Cada Investidor Profissional, ao subscrever as Debêntures, declara e reconhece que não poderá ceder, alienar ou de qualquer forma transferir (inclusive via operações compromissadas) quaisquer Debêntures de sua titularidade, renunciando a qualquer compensação pela Emissora por qualquer perda ou frustração de direito pela restrição aqui prevista.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Desde que (i) legalmente permitido nos termos da legislação aplicável, e que sejam observados os requisitos previstos na legislação e regulamentações aplicáveis; e (ii) comprovada a destinação dos Recursos, nos termos da Cláusula 3.6 desta Escritura de Emissão, a Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, o resgate antecipado facultativo total da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total será o equivalente ao maior valor entre (A) e (B) abaixo ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"): (A) Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data do efetivo 26 TEXT-116454878v9 Resgate Antecipado Facultativo Total (exclusive); (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; ou (B) O somatório do valor presente de cada parcela remanescente de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios calculados pro rata temporis desde a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total até a Data de Vencimento, sendo esta soma trazida a valor presente até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, utilizando a Curva de Desconto SOFR (OIS) baseada no Secured Overnight Financing Rate – SOFR, fornecida pela Bloomberg (ICVS – Curva SOFR 490) ("SOFR") apurada no 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado conforme fórmula abaixo; (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures.
Características dos valores mobiliários de dívida	Nos termos do artigo 2º, parágrafos 1º e 5º da Lei 14.801, do Decreto 11.964 e da Resolução CMN 5.034 ou de normas posteriores que a alterem, substituam ou complementem, a totalidade dos Recursos captados por meio da Oferta será utilizada no pagamento futuro e reembolso de gastos, despesas ou dívidas relativas ao projeto ("Projeto"), neste último caso, ocorridos em prazo igual ou inferior a 36 (trinta e seis) meses contados da divulgação do Anúncio de Encerramento. As características do projeto constam na cláusula 3.5 da escritura de emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”). 9.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum, exceto se disposto de outra forma nesta Escritura de Emissão. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação presentes em Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira ou segunda convocação.
Outras características relevantes	Vencimento antecipado: As condições de vencimento antecipado encontram-se descritas na Cláusula 6 da Escritura de Emissão de Debêntures. Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 6,9500% (seis inteiros e nove mil e quinhentos décimos de milésimos por cento) (“Juros Remuneratórios”) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, linear. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será atualizado monetariamente pela variação da cotação da taxa de fechamento, para venda, do dólar comercial norte-americano (PTAX800), disponível no Sistema de Informações do Banco Central – SISBACEN, por meio do Sistema PTAX

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	7	0
	0	46	0

12.5 Mercados de negociação no Brasil

A Companhia não possui ações listadas na B3 – Brasil Bolsa Balcão (“B3”). Os certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 1ª emissão, de 2021, é admitido à negociação na B3 sob o ticker CRA021002YB. Os certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 2ª emissão, de 2025, referentes à primeira, segunda e terceira séries, são admitidos à negociação na B3 sob o ticker CRA025007KK, CRA0250080X e CRA0250080Y, respectivamente. A 5ª Emissão de Debêntures da Companhia é admitida à negociação na B3 sob o ticker ELDC15. A 6ª Emissão de Debêntures é admitida à negociação na B3 sob o ticker ELDC16.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, uma vez que, até a data deste Formulário de Referência, não há valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor mobiliário

Esclarecimento Outros Valores Mobiliários Bond/Bônus de Subscrição

Identificação do valor mobiliário	Notes 2032, 01/12/2025
Data de emissão	01/12/2025
Data de vencimento	01/12/2032
Quantidade	500.000
Valor nominal global R\$	2.751.200.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.751.200.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas não foram registradas ao abrigo do Securities Act nem de quaisquer leis de valores mobiliários de qualquer jurisdição e não podem ser oferecidas ou vendidas nos Estados Unidos, ou a, ou em benefício de, pessoas dos Estados Unidos, exceto conforme uma isenção de, ou em uma transação não sujeita aos requisitos de registro do Securities Act e de tais outras leis de valores mobiliários. Assim, as notas estão sendo oferecidas exclusivamente (1) a “compradores institucionais qualificados” (conforme definido na Regra 144A do Securities Act), com fundamento na isenção dos requisitos de registro do Securities Act prevista na Regra 144A, e (2) fora dos Estados Unidos com fundamento na Regulation S do Securities Act, a pessoas não norte-americanas, as quais deverão realizar determinadas declarações a nós e a terceiros antes do investimento nas notas.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Antes de 1º de dezembro de 2029, o emissor ou a Eldorado Brasil poderá resgatar as notas, total ou parcialmente, a um preço de resgate igual ao maior dentre: (1) 100% do valor principal das notas a serem resgatadas; e (2) (a) a soma dos valores presentes de cada pagamento remanescente programado de principal e juros, descontados até a data de resgate (pressupondo que as notas venceriam em 1º de dezembro de 2029), utilizando uma taxa de desconto igual à taxa do treasury acrescida de 50 pontos-base, menos (b) os juros acumulados até, mas excluindo, a data de resgate; acrescido, em qualquer dos casos, dos juros acumulados e não pagos e de quaisquer valores adicionais, se houver, até, mas excluindo, a data de resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	As notas serão obrigações seniores quirografárias do emissor, classificadas: pari passu em direito de pagamento com todas as obrigações seniores, quirografárias e não subordinadas existentes e futuras do emissor; superiores, em direito de pagamento, às obrigações subordinadas existentes e futuras do emissor; e efetivamente subordinadas a todo o endividamento garantido do emissor, na medida do valor dos ativos que garantem tal endividamento garantido.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Ressalvadas certas exceções, a escritura (indenture), as notas ou a garantia relacionada poderão ser alteradas ou complementadas com o consentimento dos detentores de, no mínimo, a maioria do valor principal das notas então em circulação, e qualquer Evento de Inadimplemento anterior ou o cumprimento de qualquer disposição poderá ser dispensado com o consentimento dos detentores de, no mínimo, a maioria do valor principal das notas então em circulação. Os detentores das notas receberão aviso prévio, conforme descrito em “—Avisos”, de qualquer proposta de alteração às notas ou à escritura (indenture) conforme descrito neste parágrafo. Após a efetivação de uma alteração mencionada no parágrafo precedente, o Emissor ou a Eldorado deverá enviar aos detentores um aviso descrevendo brevemente tal alteração. Contudo, a falta de envio de tal aviso a todos os detentores das notas, ou qualquer defeito no mesmo, não prejudicará nem afetará a validade da alteração. O consentimento dos detentores das notas não é necessário para aprovar a forma específica de qualquer alteração, suplemento ou renúncia propostos. É suficiente que tal consentimento aprove o conteúdo da alteração, suplemento ou renúncia propostos.

Outras características relevantes

Os juros incidirão sobre as notas à taxa anual de 8,500%. Uso dos recursos: Pretendemos utilizar os recursos líquidos desta oferta, juntamente com caixa disponível, para refinaranciar determinados endividamentos existentes, incluindo empréstimos bilaterais com instituições financeiras.

.....

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este item é facultativo para a Companhia, que dispõe de registro de companhia aberta na categoria "B".

12.9 Outras informações relevantes

3ª Emissão de Debênture da Eldorado Brasil

A 3ª Emissão de Debênture da Eldorado Brasil foi emitida em favor da RBSec, por meio da qual foi concedido financiamento para atividades do agronegócio, por meio do emprego dos recursos em investimentos, custos e despesas relacionados com o florestamento, reflorestamento, aquisição de defensivos agrícolas, adubos, madeira, serviços de manejo de florestas e de logística integrada de transporte de madeira. A RBSec vinculou os Direitos Creditórios do Agronegócio correspondentes às Debêntures à série única da sua 14ª Emissão de CRA, de acordo com o disposto no Termo de Securitização. A RBSec celebrou contrato de distribuição com o BTG Pactual para a distribuição dos CRA aos investidores nos termos da ICVM 476. O BTG Pactual fez a distribuição dos CRA aos investidores, nos termos da ICVM 476. Com os recursos decorrentes da integralização dos CRA (CRA021002YB) pelos Investidores, a RBSec fez o desembolso à Eldorado Brasil.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Carmine de Siervi Neto	Diretor Presidente	Substituído	
Fernando Storchi	Diretor de Relações com Investidores	Substituído	

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1 Declaração do Diretor Presidente

Carmine De Siervi Neto, na qualidade de Diretor Presidente da Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Companhia" ou "Eldorado"), nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM nº 80/2022"), declara que:

- (a) reviu o Formulário de Referência;
- (b) todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/2022, em especial aos artigos 15 a 20; e
- (c) o conjunto de informações contido neste Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes as suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

DocuSigned by:

CBD7AC553D88446...

Carmine De Siervi Neto

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.2 Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Fernando Storchi, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80/2022, declara que:

- (a) reviu o Formulário de Referência;
- (b) todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/2022, em especial aos artigos 15 a 20; e
- (c) o conjunto de informações contido neste Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes as suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Assinado por:

088564EC54FA478...

Fernando Storchi

Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Carmine De Siervi Neto	Diretor Presidente/Relações com Investidores

13.2 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

13.2 Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Carmin De Siervi Neto, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80/2022, declara que:

- (a) reviu o Formulário de Referência;
- (b) todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/2022, em especial aos artigos 15 a 20; e
- (c) o conjunto de informações contido neste Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes as suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Carmin De Siervi Neto
Diretor de Relações com Investidores